

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	24
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	25
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	116
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	117
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	119
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	694.021
Preferenciais	0
Total	694.021
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	930.649	952.384	968.230
1.01	Ativo Circulante	29.336	267.376	276.712
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.522	244.180	23.196
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	441
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	441
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	441
1.01.03	Contas a Receber	1.137	1.850	231.750
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.137	1.850	231.750
1.01.03.02.01	Adiantamentos Diversos	965	1.203	110
1.01.03.02.02	Mútuo a Receber com Partes Relacionadas	0	0	231.640
1.01.03.02.03	Notas de Créditos com Partes Relacionadas	172	647	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.132	17.708	15.028
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.132	17.708	15.028
1.01.07	Despesas Antecipadas	232	2.416	2.432
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	313	1.222	3.865
1.01.08.03	Outros	313	1.222	3.865
1.01.08.03.01	Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras	52	1.110	3
1.01.08.03.02	Imposto de Renda sobre Mútuo	0	0	3.612
1.01.08.03.03	Outros Valores a Receber	261	112	250
1.02	Ativo Não Circulante	901.313	685.008	691.518
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	496.727	436.202	420.317
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.643	3.787	2.420
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.643	3.787	2.420
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	490.084	432.415	417.897
1.02.01.09.03	Imposto de Renda sobre Mútuo	29.903	20.300	10.312
1.02.01.09.05	Mútuo a Receber com Partes Relacionadas	460.181	412.115	407.585
1.02.02	Investimentos	395.575	240.490	268.716
1.02.02.01	Participações Societárias	395.575	240.490	268.716

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	395.575	240.490	268.716
1.02.03	Imobilizado	8.520	7.914	2.128
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.520	6.088	1.928
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	1.826	200
1.02.04	Intangível	491	402	357
1.02.04.01	Intangíveis	491	402	357

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	930.649	952.384	968.230
2.01	Passivo Circulante	25.247	33.270	28.237
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.143	11.437	7.593
2.01.01.01	Obrigações Sociais	644	585	283
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.499	10.852	7.310
2.01.02	Fornecedores	4.000	1.851	710
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.000	1.851	710
2.01.03	Obrigações Fiscais	628	12.237	16.358
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	615	12.217	16.337
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	11.626	15.766
2.01.03.01.02	Outros	615	591	571
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	3	17
2.01.03.02.01	ICMS Diferencial de Alíquotas	0	3	17
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13	17	4
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços a Recolher	13	17	4
2.01.05	Outras Obrigações	5.719	5.256	2.137
2.01.05.02	Outros	5.719	5.256	2.137
2.01.05.02.04	Notas de Débitos com Partes Relacionadas	5.719	5.256	2.137
2.01.06	Provisões	1.757	2.489	1.439
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.757	2.489	1.439
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.757	2.489	1.439
2.02	Passivo Não Circulante	735	0	109
2.02.04	Provisões	735	0	109
2.02.04.02	Outras Provisões	735	0	109
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	0	0	109
2.02.04.02.05	Outras Obrigações	735	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	904.667	919.114	939.884
2.03.01	Capital Social Realizado	624.544	624.239	623.978

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.02	Reservas de Capital	382.991	368.692	350.338
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	327.761	327.761	327.761
2.03.02.04	Opções Outorgadas	55.230	40.931	22.759
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0	-182
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-102.485	-73.817	-34.432
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-383	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-108.974	-124.803	-79.421
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-102.131	-84.129	-40.273
3.04.02.01	Administrativas e Gerais	-87.771	-66.413	-30.833
3.04.02.02	Honorários da Administração	-14.360	-17.716	-9.440
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.015	1.384	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-800	-177	-109
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.058	-41.881	-39.039
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-108.974	-124.803	-79.421
3.06	Resultado Financeiro	77.449	95.678	82.909
3.06.01	Receitas Financeiras	78.151	96.155	83.558
3.06.02	Despesas Financeiras	-702	-477	-649
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-31.525	-29.125	3.488
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.857	-10.260	-16.189
3.08.01	Corrente	0	-11.626	-15.766
3.08.02	Diferido	2.857	1.366	-423
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.668	-39.385	-12.701
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28.668	-39.385	-12.701
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,04131	-0,0568	-0,01834
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,04131	-0,0568	-0,01834

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.668	-39.385	-12.701
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-383	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-21.051	-39.385	-12.701

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-68.806	-21.547	-32.213
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-70.175	-43.723	-34.850
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-28.668	-39.385	-12.701
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	811	533	261
6.01.01.03	Baixa do Imobilizado	800	31	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.058	41.881	39.039
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros	-66.337	-79.152	-71.209
6.01.01.06	Provisão para Bônus	3.324	4.127	-238
6.01.01.07	Constituição Reservas de Plano de Ações Outorgadas	14.299	18.171	9.440
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.857	-1.366	423
6.01.01.09	Ganho por Variação de Percentual em Participação de Controladas	-383	0	-62
6.01.01.10	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	0	11.626	0
6.01.01.11	Provisão para Contingências	0	-109	109
6.01.01.12	Outros Débitos	778	-80	88
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.369	22.176	2.637
6.01.02.01	Aumento (Redução) em Impostos a Recuperar	10.952	-3.757	5.884
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Outros Créditos	-149	138	-223
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Fornecedores	2.149	867	1
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recolher	-11.609	-15.747	84
6.01.02.08	Aumento (Redução) Outros	26	-229	-1.895
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Juros Pagos	0	40.904	-1.214
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156.620	238.969	-154.517
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-2.077	-5.947	-1.704
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-10.589	-13.352	123.174
6.02.03	Crédito com Pessoas Ligadas Empréstimos Concedidos	-36.770	0	-332.344
6.02.04	Crédito com Pessoas Ligadas Empréstimos Recebidos	0	215.761	0
6.02.05	Crédito com Pessoas Ligadas Empréstimos Liquidados	45.599	42.541	29.869
6.02.06	Ativo Intangível	-229	-172	-129

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.07	Aquisição em Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	-152.554	-303	27.058
6.02.08	Títulos e Valores Mobiliários	0	441	-441
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	768	3.562	-50.607
6.03.01	Aumento de Capital Líquido	305	261	732
6.03.04	Débitos com Terceiros Empréstimos Obtidos	463	3.119	1.400
6.03.06	Ações em Tesouraria	0	182	-182
6.03.07	Redução de Capital - Cisão LLX Sudeste S.A.	0	0	-52.557
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-224.658	220.984	-237.337
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	244.180	23.196	260.533
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.522	244.180	23.196

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	624.239	368.692	0	-73.817	0	919.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	624.239	368.692	0	-73.817	0	919.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305	14.299	0	0	0	14.604
5.04.01	Aumentos de Capital	305	0	0	0	0	305
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.299	0	0	0	14.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.668	-383	-29.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.668	0	-28.668
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-383	-383
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-383	-383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	624.544	382.991	0	-102.485	-383	904.667

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	623.978	350.338	0	-34.432	0	939.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	623.978	350.338	0	-34.432	0	939.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	261	18.354	0	0	0	18.615
5.04.01	Aumentos de Capital	261	0	0	0	0	261
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.172	0	0	0	18.172
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	182	0	0	0	182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.385	0	-39.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.385	0	-39.385
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	624.239	368.692	0	-73.817	0	919.114

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	675.803	341.080	0	-21.731	0	995.152
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	675.803	341.080	0	-21.731	0	995.152
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-51.825	9.258	0	0	0	-42.567
5.04.01	Aumentos de Capital	732	0	0	0	0	732
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.440	0	0	0	9.440
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-182	0	0	0	-182
5.04.08	Redução de Capital Cisão Parcial - LLX Sudeste S.A.	-52.557	0	0	0	0	-52.557
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.701	0	-12.701
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.701	0	-12.701
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	623.978	350.338	0	-34.432	0	939.884

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	2.015	1.384	0
7.01.02	Outras Receitas	2.015	1.384	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.190	-32.570	-19.941
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-41.390	-32.393	-19.832
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-800	0	0
7.02.04	Outros	0	-177	-109
7.03	Valor Adicionado Bruto	-40.175	-31.186	-19.941
7.04	Retenções	-811	-544	-200
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-811	-544	-200
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-40.986	-31.730	-20.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.950	55.640	44.096
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.058	-41.881	-39.039
7.06.02	Receitas Financeiras	78.151	96.155	83.558
7.06.03	Outros	2.857	1.366	-423
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.964	23.910	23.955
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.964	23.910	23.955
7.08.01	Pessoal	50.513	42.966	18.054
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.605	39.670	17.403
7.08.01.02	Benefícios	3.248	2.131	467
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.660	1.165	184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.867	16.018	16.708
7.08.02.01	Federais	5.867	16.006	16.697
7.08.02.03	Municipais	0	12	11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.252	4.311	1.894
7.08.03.01	Juros	702	477	649
7.08.03.02	Aluguéis	3.550	3.834	1.245
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.668	-39.385	-12.701
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.668	-39.385	-12.701

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.658.738	2.280.869	1.395.664
1.01	Ativo Circulante	1.122.338	589.534	446.132
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	482.935	407.585	114.747
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	3.252
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	3.252
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	3.252
1.01.03	Contas a Receber	9.465	19.196	231.830
1.01.03.01	Clientes	663	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.802	19.196	231.830
1.01.03.02.01	Adiantamentos Diversos	4.932	1.795	190
1.01.03.02.02	Notas de Débitos a Receber com Partes Relacionadas	3.870	17.401	0
1.01.03.02.03	Mútuo a Receber com Partes Relacionadas	0	0	231.640
1.01.04	Estoques	175	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.873	31.865	26.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.873	31.865	26.133
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.825	10.387	5.347
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	598.065	120.501	64.823
1.01.08.03	Outros	598.065	120.501	64.823
1.01.08.03.01	Ativos de Terceiros em Nosso Poder	97.792	91.203	0
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	480.695	24.866	59.729
1.01.08.03.03	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações	583	2.079	839
1.01.08.03.04	Imposto de Renda sobre Mútuo	0	0	3.612
1.01.08.03.05	Outros Créditos	18.995	2.353	643
1.02	Ativo Não Circulante	2.536.400	1.691.335	949.532
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	468.367	400.823	126.352
1.02.01.06	Tributos Diferidos	111.660	100.614	71.046
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.660	100.614	71.046
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	356.707	300.209	55.306

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	24.538	21.136	20.570
1.02.01.09.05	Depósitos Restituíveis	36.512	13.162	0
1.02.01.09.06	Impostos a Recuperar	0	0	758
1.02.01.09.07	Imposto de Renda sobre Mútuo	30.967	20.959	12.831
1.02.01.09.08	Créditos com Terceiros	225.489	212.774	0
1.02.01.09.09	Outros Créditos com Terceiros	39.201	32.178	21.147
1.02.02	Investimentos	274.065	95.176	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.065	95.176	0
1.02.03	Imobilizado	1.741.849	1.163.613	791.923
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50.990	65.206	71.130
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.690.859	1.098.407	720.793
1.02.04	Intangível	52.119	31.723	31.257
1.02.04.01	Intangíveis	52.119	31.723	31.257

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.658.738	2.280.869	1.395.664
2.01	Passivo Circulante	1.340.175	631.683	67.849
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.745	20.183	11.333
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.106	973	472
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.639	19.210	10.861
2.01.02	Fornecedores	91.969	63.792	23.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	91.969	63.738	19.354
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	54	3.828
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.062	19.241	24.608
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.221	15.086	23.876
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.670	12.283	20.919
2.01.03.01.02	Outros	2.551	2.803	2.957
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	229	2.179	30
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	33	1.894	0
2.01.03.02.02	ICMS a Recolher Diferencial de Alíquotas	196	285	30
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.612	1.976	702
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.655	1.554	280
2.01.03.03.02	IPTU a Recolher	2.957	422	422
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.080.859	413.031	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.080.859	413.031	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.080.859	413.031	0
2.01.05	Outras Obrigações	125.322	112.041	6.636
2.01.05.02	Outros	125.322	112.041	6.636
2.01.05.02.04	Outras Obrigações com Terceiros	100.207	106.175	3.767
2.01.05.02.05	Notas de Débitos com Partes Relacionadas	25.115	4.164	2.869
2.01.05.02.09	Receita Diferida	0	1.702	0
2.01.06	Provisões	3.218	3.395	2.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.218	3.395	2.090

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.745	3.395	2.090
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	473	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.371.397	743.564	387.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.099.717	506.270	359.587
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.099.717	506.270	359.587
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.099.717	506.270	359.587
2.02.02	Outras Obrigações	29.656	20.126	12.198
2.02.02.02	Outros	29.656	20.126	12.198
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	29.656	20.126	12.198
2.02.04	Provisões	242.024	217.168	16.146
2.02.04.02	Outras Provisões	242.024	217.168	16.146
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	97	97	99
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	12.963	12.252	12.679
2.02.04.02.05	Outras Obrigações	3.475	2.718	2.300
2.02.04.02.06	Parcelamento Direito de Acesso	0	0	230
2.02.04.02.08	Outras Obrigações com Terceiros	225.489	202.101	838
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	947.166	905.622	939.884
2.03.01	Capital Social Realizado	624.544	624.239	623.978
2.03.02	Reservas de Capital	382.991	368.692	350.338
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	327.761	327.761	327.761
2.03.02.04	Opções Outorgadas	55.230	40.931	22.759
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0	-182
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-130.792	-102.188	-62.803
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-383	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	70.806	14.879	28.371

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.727	15.649	11.109
3.01.02	Receita de Aluguel	68.727	15.649	11.109
3.03	Resultado Bruto	68.727	15.649	11.109
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-137.752	-139.289	-93.191
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-165.561	-149.838	-96.452
3.04.02.01	Administrativas e Gerais	-151.201	-132.122	-87.012
3.04.02.02	Honorários da Administração	-14.360	-17.716	-9.440
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	31.598	24.251	3.370
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.789	-13.702	-109
3.04.05.02	Outras Despesas	-3.789	-13.702	-109
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-69.025	-123.640	-82.082
3.06	Resultado Financeiro	28.917	53.895	75.497
3.06.01	Receitas Financeiras	109.147	133.259	123.853
3.06.02	Despesas Financeiras	-80.230	-79.364	-48.356
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-40.108	-69.745	-6.585
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.528	16.868	202
3.08.01	Corrente	-7.700	-12.283	-20.919
3.08.02	Diferido	11.228	29.151	21.121
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-36.580	-52.877	-6.383
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-18.998
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-18.998
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-36.580	-52.877	-25.381
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-28.668	-39.385	-12.701
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-7.912	-13.492	-12.680
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,04131	-0,0568	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99.02.01	ON	0,04131	-0,0568	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-36.580	-52.877	-25.381
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-383	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-36.963	-52.877	-25.381
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-29.051	-39.385	-12.701
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-7.912	-13.492	-12.680

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-304.109	-88.384	-128.204
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	269.122	-21.899	36.361
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Período	-28.668	-39.385	-12.701
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.075	12.122	15.031
6.01.01.03	Baixa do Imobilizado	101.876	31	1.691
6.01.01.04	Resultado das Operações Descontinuadas	0	0	5.946
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros	119.318	26.682	12.359
6.01.01.06	Participações de Acionistas não Controladores	55.927	-13.492	-12.680
6.01.01.07	Ganho por Variação de Percentual em Participações de Controladas	-383	0	0
6.01.01.10	Provisão para Contingências	0	-1.350	1.710
6.01.01.11	Provisão para Bônus	3.420	5.965	9.648
6.01.01.12	Constituição de Reserva de Capital Plano de Opção de Compra de Ações	14.299	18.171	9.440
6.01.01.14	Outros Débitos	786	-2	11
6.01.01.15	Provisão para Devedores de Liquidação Duvidosa	0	0	-210
6.01.01.16	Valor Líquido na Venda de Ativo Imobilizado	0	-13.774	0
6.01.01.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-11.228	-29.150	-21.157
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	7.700	12.283	27.273
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-573.231	-66.485	-164.565
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	0	0	1.293
6.01.02.02	Redução nas Operações de Derivativos	0	0	7.096
6.01.02.03	(Aumento) em Estoques	0	0	-1.121
6.01.02.04	(Aumento) em Impostos a Recuperar	12.529	-6.214	-7.307
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Créditos a Receber	14.801	-10.243	-21.796
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Depósitos Vinculados	-455.829	34.863	-57.192
6.01.02.09	(Aumento) em Outros Valores a Receber	-16.642	0	0
6.01.02.10	Outros	-5.567	585	-25.384
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Fornecedores	28.177	27.238	-7.241
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Juros Pagos	-101.284	24.836	-54.477

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	-11.879	-9.722	4.434
6.01.02.14	(Redução) em Obrigações com Aquisições de Investimentos	0	0	-2.870
6.01.02.16	Aumento (Redução) em Outras Obrigações com Terceiros	-10.095	-24.427	0
6.01.02.18	(Aumento) em Ativos de Terceiros em Nosso Poder	-6.589	-91.203	0
6.01.02.19	(Aumento) em Depósitos Restituíveis	-20.853	-12.198	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-764.788	-175.187	-151.934
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-565.736	-501.473	-381.780
6.02.02	Aquisição de Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	0	0	-4
6.02.03	Aquisição de Direitos de Acesso	0	0	230
6.02.06	Aquisição de Licenças de Software	0	0	-617
6.02.07	Obrigações Ligadas a Retirada de Ativos	0	0	22
6.02.08	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	6
6.02.09	Títulos e Valores Mobiliários	0	3.252	-3.252
6.02.11	Créditos com Pessoas Ligadas Empréstimos Recebidos	0	215.761	0
6.02.12	Empréstimos Concedidos	-13.872	-33.396	426.051
6.02.13	Empréstimos Liquidados	13.531	0	-192.590
6.02.14	Ativo Intangível	-21.541	-6.539	0
6.02.16	Propriedade para Investimento	-178.889	-95.176	0
6.02.17	Recebimento pela Venda do Imobilizado	1.719	242.384	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.144.247	556.409	-87.011
6.03.01	Aumento de Capital	305	261	732
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	182	-182
6.03.03	Baixa de Caixa Investimento - Cisão LLX Sudeste S.A.	0	0	-87.561
6.03.05	Debêntures	743.740	0	0
6.03.06	Empréstimos Obtidos	462.020	650.716	0
6.03.09	Débitos com Terceiros Empréstimos Liquidados	-61.818	-94.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	75.350	292.838	-367.149
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	407.585	114.747	481.896

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	482.935	407.585	114.747

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	624.239	368.692	0	-102.188	0	890.743	14.879	905.622
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	624.239	368.692	0	-102.188	0	890.743	14.879	905.622
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305	14.299	0	0	0	14.604	63.262	77.866
5.04.01	Aumentos de Capital	305	0	0	0	0	305	63.262	63.567
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.299	0	0	0	14.299	0	14.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.668	-383	-29.051	-7.912	-36.963
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.668	0	-28.668	-7.912	-36.580
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-383	-383	0	-383
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-383	-383	0	-383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	64	0	64	577	641
5.06.04	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	0	0	64	0	64	577	641
5.07	Saldos Finais	624.544	382.991	0	-130.792	-383	876.360	70.806	947.166

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	623.978	350.338	0	-62.803	0	911.513	28.371	939.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	623.978	350.338	0	-62.803	0	911.513	28.371	939.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	261	18.354	0	0	0	18.615	0	18.615
5.04.01	Aumentos de Capital	261	0	0	0	0	261	0	261
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	18.172	0	0	0	18.172	0	18.172
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	182	0	0	0	182	0	182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.385	0	-39.385	-13.492	-52.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.385	0	-39.385	-13.492	-52.877
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	624.239	368.692	0	-102.188	0	890.743	14.879	905.622

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	675.803	341.080	0	-59.925	0	956.958	60.334	1.017.292
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	675.803	341.080	0	-59.925	0	956.958	60.334	1.017.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-51.825	9.258	0	9.823	0	-32.744	-19.283	-52.027
5.04.01	Aumentos de Capital	732	0	0	0	0	732	0	732
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.440	0	0	0	9.440	0	9.440
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-182	0	0	0	-182	0	-182
5.04.08	Redução de Capital Cisão Parcial - LLX Sudeste S.A.	-52.557	0	0	24	0	-52.533	-22.523	-75.056
5.04.09	Reversão de Ajuste de Ativo Diferido - Cisão Parcial LLX Sudeste S.A. e Controladas	0	0	0	9.799	0	9.799	3.240	13.039
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.701	0	-12.701	-12.680	-25.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.701	0	-12.701	-12.680	-25.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	623.978	350.338	0	-62.803	0	911.513	28.371	939.884

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	694.110	413.316	209.356
7.01.02	Outras Receitas	107.965	41.495	15.635
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	586.145	371.821	193.721
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-674.013	-450.577	-239.993
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-596	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-671.445	-436.875	-239.884
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-800	0	0
7.02.04	Outros	-1.172	-13.702	-109
7.03	Valor Adicionado Bruto	20.097	-37.261	-30.637
7.04	Retenções	-6.075	-11.321	-14.471
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.075	-11.321	-14.471
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.022	-48.582	-45.108
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	120.375	162.410	125.976
7.06.02	Receitas Financeiras	109.147	133.259	123.853
7.06.03	Outros	11.228	29.151	2.123
7.06.03.01	Resultado das Operações Descontinuadas	0	0	-18.998
7.06.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.228	29.151	21.121
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	134.397	113.828	80.868
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	134.397	113.828	80.868
7.08.01	Pessoal	54.300	52.110	25.818
7.08.01.01	Remuneração Direta	48.694	47.348	23.923
7.08.01.02	Benefícios	3.778	3.261	1.334
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.828	1.501	561
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.904	27.100	25.897
7.08.02.01	Federais	28.951	26.957	25.850
7.08.02.02	Estaduais	444	47	27
7.08.02.03	Municipais	1.509	96	20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	85.773	87.495	54.534

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.01	Juros	80.230	79.364	48.356
7.08.03.02	Aluguéis	5.543	8.131	6.178
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-36.580	-52.877	-25.381
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.668	-39.385	-12.701
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-7.912	-13.492	-12.680

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da LLX Logística S.A. ("LLX" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

1. Mensagem da Administração – LLX

O ano de 2012 foi de grandes conquistas quanto à execução da construção do Superporto do Açú. O empreendimento deixou de ser um projeto e tornou-se realidade. No TX2, as obras de dragagem do canal, do quebra-mar e da linha de transmissão evoluíram significativamente durante o ano, criando condições para a instalação dos nossos clientes e continuando a atrair empresas a montarem suas unidades industriais no Superporto do Açú. No TX1, a conclusão da construção do terminal de minério de ferro e a instalação dos equipamentos de recebimento e transporte deste produto, permitiu à LLX Minas-Rio avançar rumo ao objetivo de iniciar sua operação em 2014. Outra importante conquista foi ter assegurado financiamento suficiente para a conclusão dos investimentos previstos para a primeira fase de construção do Superporto do Açú.

Em abril de 2012, celebramos a visita da Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, que além de comemorar o início da produção de petróleo pela OGX, pode conhecer o Superporto do Açú e se impressionar com o conceito de porto integrado, uma verdadeira relação entre porto e indústria.

Na área financeira, a LLX também teve motivos para comemorar o ano de 2012. A emissão de R\$750 milhões em debêntures pelo prazo de 15 anos, coordenada pela Caixa Econômica Federal, reforçou o caixa da Companhia e ajudou a financiar o projeto de implantação do terminal TX2 e sua infraestrutura industrial. Em adição, o Banco Bradesco renovou por mais 18 meses o empréstimo ponte de R\$345 milhões captados em setembro de 2010. Por fim, em dezembro de 2012 o BNDES desembolsou R\$318 milhões referente à última parcela do empréstimo ponte no montante de R\$518 milhões aprovado no início do ano. Com recursos em caixa e com a expectativa de desembolso de R\$370 milhões adicionais do BNDES referentes à parcela de investimento da LLX no projeto da LLX Minas-Rio, a LLX apresenta uma confortável situação financeira que possibilita a execução da primeira fase do seu plano de investimentos de R\$3 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Este ano também será lembrado pelas grandes alterações propostas pelo Governo Federal que tornaram mais flexível o arcabouço jurídico nos setores de infraestrutura, principalmente ferrovias e portos. No setor de ferrovias, o Governo Federal pretende comprar anualmente toda a capacidade nominal dos trechos que serão objeto da licitação e revender posteriormente para consumidores ou operadores de carga. No setor portuário, a Medida Provisória nº 595/2012 determinou o fim da diferenciação entre carga própria e carga de terceiros, abrindo o mercado para os terminais privados operarem também outros tipos de cargas, como os containers. A LLX se beneficiou de ambas as medidas: no setor ferroviário, o Superporto do Açu foi contemplado com duas rotas que interligarão o complexo à malha nacional, enquanto que, no setor portuário, o novo marco regulatório abriu o caminho para a atração de diferentes tipos de carga para o Superporto do Açu.

As licenças obtidas ao longo do ano de 2012 permitiram que os nossos clientes e o próprio Superporto, com seu Complexo Industrial, pudessem avançar na construção da infraestrutura necessária para sua entrada em operação. Nossos clientes NOV, Technip e Intermoor conseguiram suas licenças de instalação e já iniciaram as obras de construção de suas unidades. Também asseguramos a licença de instalação de uma linha de transmissão de 345 kV que irá conectar o Superporto ao Sistema Interligado Nacional, possibilitando disponibilidade de energia a todos os nossos clientes do Superporto do Açu.

No final do ano de 2012, a LLX Açu assinou dois novos contratos que marcaram o início da ocupação do Polo Metalmeccânico. Em novembro, a LLX Açu assinou com a GE do Brasil um contrato para a instalação de unidade industrial com área total de até 322.489 m² com foco nas áreas de Petróleo & Gás e geração de energia. Em dezembro de 2012, a LLX Açu assinou com a V & M do Brasil S.A. um contrato para a instalação de uma base logística com área de até 150.000 m², com o objetivo de atender às companhias de petróleo que atuam na Bacia de Campos, através da armazenagem e fornecimento *just-in-time* de tubos e serviços especializados.

O início do ano de 2013 apresenta grandes desafios pela mudança de fase que passaremos. A entrada na fase operacional requer planejamento para as novas demandas que surgirão. A perspectiva de entrar no mundo operacional gera um sentimento de realização muito forte em toda a equipe que trabalhou junta para construir a nossa história até o momento.

Agradecemos o apoio dos nossos Acionistas e Colaboradores que sempre acreditaram que poderíamos chegar até aqui e contamos com este sentimento de orgulho de fazer parte de um time que está ajudando a revolucionar a logística brasileira através da construção do Superporto do Açu.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Principais eventos de 2012

O ano de 2012 começou com a contratação em fevereiro, pela LLX Açú Operações Portuárias S.A. junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de um empréstimo-ponte no valor de R\$518 milhões tendo como objeto o financiamento das obras civis relativas ao aterro hidráulico, dragagem e construção de quebra mar, bem como os demais investimentos iniciais relativos ao projeto de implantação do Superporto do Açú. O desembolso do empréstimo está sujeito ao cumprimento de condições precedentes.

Em 24 de abril de 2012, o Instituto Estadual do Ambiente (“INEA”) concedeu a licença de instalação para construção de um circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345 kV, incluindo uma subestação, conectando o Superporto do Açú até a cidade de Campos e ao Sistema Interligado Nacional.

A linha de transmissão terá 58 km de extensão e será composta por 147 torres com 55 metros de largura e gabarito de passagem que irá permitir o transporte de cargas com até 30 metros de altura. A linha de transmissão de 345 kV irá conectar o Complexo Industrial do Superporto do Açú ao Sistema Interligado Nacional, assegurando o fornecimento de energia estável a todas as empresas instaladas no Superporto.

A construção da linha de transmissão será realizada pela Elecnor, empresa espanhola pertencente ao Grupo Elecnor, que desenvolve atividades nos mais variados setores dos segmentos de montagem industrial, telecomunicações, energia, construções e meio ambiente.

A subestação será construída pela Alstom, empresa francesa líder mundial na área de infraestrutura de energia e transporte e possui forte presença no Brasil.

No dia 26 de abril, a presidente Dilma Rousseff, a convite de Eike Batista, visitou as obras do Superporto do Açú, onde também participou da celebração de início da produção de petróleo da OGX, realizada no site que deverá se tornar o maior pólo de serviços para a indústria de petróleo e gás. Além da presidente, também estiveram presentes os ministros Edison Lobão (Minas e Energia) e Leônidas Cristino (Secretaria de Portos), o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, dentre outras autoridades e empresários. Cerca de 400 pessoas participaram do evento.

“Quem, de fato, percebe os interesses do seu país é capaz de fazer, tanto o primeiro óleo de uma empresa privada nacional de petróleo, como toda a realização desse porto integrado, dessa verdadeira relação porto-indústria (...). Merece o nosso respeito”, afirmou a presidente Dilma.

Em maio de 2012, o INEA concedeu Licença de Instalação para a Flexibras Tubos Flexíveis Ltda (“Technip”) realizar a fabricação, armazenamento e estocagem de tubos flexíveis, além do manuseio, carregamento e descarregamento de linhas flexíveis, no Complexo Industrial do Superporto do Açú. A Technip, que possui matriz na França e é líder mundial em gerenciamento de projetos, engenharia e construção para a indústria de óleo e gás, iniciou imediatamente a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

construção de sua Unidade de Produção que será instalada na margem direita do TX2, com 500 m de frente de cais e 289.800 m² de área total. Estima-se que sejam investidos R\$650 milhões, com geração de 600 empregos diretos.

Ainda em maio, o INEA também concedeu Licença de Instalação para a NKT Flexibles Indústria e Serviços de Tubos Flexíveis Ltda ("NKTF") realizar a fabricação, armazenamento e estocagem de tubos flexíveis, além do manuseio, carregamento e descarregamento de linhas flexíveis, no Complexo Industrial do Superporto do Açú. Após a concessão da licença, a NKTF iniciou imediatamente a construção de sua Unidade de Produção que será instalada na margem direita do TX2, com 210 m de frente de cais e 121.905 m² de área total. A NKTF, recentemente adquirida pelo grupo National Oilwell Varco (NOV), é a terceira maior fabricante de tubos flexíveis do mundo. No Brasil, a subsidiária assinou, em maio de 2011, um contrato com a Petrobras com valor potencial de US\$1,86 bilhão para o fornecimento de até 694 km de tubos flexíveis. A NKTF estimou o investimento na unidade do Superporto do Açú em US\$200 milhões e geração de 400 empregos diretos.

A LLX recebeu correspondência de seu acionista controlador, em 29 de julho, informando sua intenção em adquirir até 100% das ações em circulação de emissão da LLX, com o objetivo de fechar o capital da Companhia. O processo seguiu com a realização de assembleia extraordinária de acionistas em 13 de agosto para aprovação do pedido de registro junto à CVM e escolha do laudo de avaliação das ações da LLX, que serviria como piso para o valor de compra das ações pelo controlador. Em 12 de setembro, a instituição escolhida, o Bank of America Merrill Lynch, divulgou o laudo de avaliação, que apontou o intervalo entre R\$6,94 e R\$7,63 como preço por ação. Na mesma data, foi comunicada a decisão do controlador de não prosseguir com o processo de fechamento de capital.

Em 13 de agosto de 2012, a LLX comunicou que sua subsidiária LLX Açú assinou escritura que prevê a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$750 milhões. A Caixa Econômica Federal é o banco coordenador da emissão. Os recursos empregados na compra das debêntures são oriundos de um fundo de infraestrutura e serão utilizados para financiar as obras civis relativas ao projeto de implantação do terminal TX2 e sua infraestrutura industrial. As debêntures tem prazo de 15 anos, com 3 anos de carência.

Em 29 de agosto de 2012, a LLX comunicou que sua subsidiária LLX Açú assinou com o Bradesco aditivo para a renovação, por 18 meses, de financiamento no valor de R\$345,18 milhões referentes ao empréstimo-ponte firmado em setembro de 2010.

Em 28 de novembro a LLX Açú e a GE do Brasil ("GE") assinaram um contrato para a instalação de unidade industrial da GE na retroárea do Superporto do Açú. O contrato terá a duração de 30 anos, renováveis por um período de até 30 anos. A planta fabril da GE, que estará localizada no Polo Metalmeccânico do Complexo Industrial, terá até 322.489 m² de área total, com o foco nas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

áreas de Petróleo & Gás e geração de energia. A instalação da unidade de produção ainda está sujeita às licenças e autorizações usuais para este tipo de empreendimento.

“O Superporto do Açú é fundamental para aumentar a capacidade de escoamento da produção industrial e ampliar o desenvolvimento nacional. A GE aproveitará o posicionamento estratégico do projeto para fazer ainda mais pelos setores de Petróleo & Gás e Energia do Brasil, e oferecer soluções que possam colaborar com os desafios locais”, diz Reinaldo Garcia, presidente e CEO da GE para a América Latina.

O Polo Metalmecânico, localizado na retroárea do porto, será totalmente integrado ao Terminal Multicarga, instalado no TX2, e contará com vias com capacidade para transportar cargas especiais, como equipamentos com grandes dimensões e peso. Esses diferenciais oferecem competitividade logística às empresas instaladas no Polo Metalmecânico, que poderão escoar seus produtos com eficiência e sem gargalos logísticos.

Ainda no final de novembro a LLX anunciou a alteração na composição da sua Diretoria Executiva, aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2012.

O Sr. Marcus Berto foi nomeado o novo Diretor Presidente e de Relações com Investidores da LLX em substituição ao Sr. Otávio Lazcano, que deixou de acumular suas funções na LLX e passou a se dedicar exclusivamente a posição de Diretor Financeiro do Grupo EBX.

Antes de ocupar a Diretoria da LLX, o Sr. Berto construiu uma sólida carreira na empresa Bucyrus International, onde chegou a assumir todas as suas operações como Vice Presidente Sênior no Hemisfério Sul, antes disso foi Vice Presidente de Desenvolvimento da Jaguar Mining Inc, e antes disso ocupou posição na Arthur Andersen LLP onde foi Gerente Senior de Auditoria. O Sr. Berto é Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC – MG com MBA pela Fundação Dom Cabral e Cursos de Formação pela *Harvard Business School* (AMP – 181) e *Kellogg School of Management University – Northwestern University*.

Em 19 de dezembro de 2012, a LLX Açú assinou com a V & M do Brasil S.A. (“V & M do Brasil”) um contrato para a instalação de uma base logística da V & M do Brasil na retroárea do Superporto do Açú. O contrato terá a duração de 20 anos, renováveis por mais 20 anos. A base da V & M do Brasil será destinada ao atendimento das companhias de petróleo que atuam na Bacia de Campos, através da armazenagem e fornecimento *just-in-time* de tubos e serviços especializados. A base logística estará localizada no Polo Metalmecânico do Complexo Industrial e terá até 150.000 m² de área total. A instalação da base se dará a partir da instalação de uma base de apoio *offshore* no canal do TX2.

A V & M do Brasil faz parte do grupo internacional Vallourec, é líder mundial em soluções tubulares premium fornecendo principalmente para o mercado de Energia (Óleo e Gás, Powergen). Sua expertise estende-se também ao Setor Industrial (Mecânico, Automotivo,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Construção). Com 22.200 funcionários, €5,3 bilhões em vendas, em 2011 – 73% dos quais fora da Europa – plantas industriais em mais de 20 países e um avançado setor de Pesquisa e Desenvolvimento. A Vallourec oferece aos seus clientes soluções inovadoras em todo o mundo, a fim de responder aos desafios do século 21.

Para o Diretor-Geral da V & M do Brasil, Alexandre Lyra, “a base logística será muito importante para otimizar o atendimento aos nossos clientes com tubos OCTG (oil country tubular goods) para exploração e produção de petróleo. A nova base nos permitirá ampliar o oferecimento de serviços e soluções a esses clientes, incluindo, por exemplo, a OGX”, afirma.

3. Cenário setorial

Até 05 de dezembro de 2012, o setor portuário no Brasil era regulado pela Lei nº 8.630/93 (Lei dos Portos), que assegurava o direito de exploração de terminais portuários privativos de uso exclusivo ou de uso misto (carga própria e carga de terceiros). A Lei nº 10.233/01, por sua vez, criou a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e a estabeleceu como responsável pela autorização da construção e exploração de terminais portuários privativos.

Posteriormente, de acordo com a Resolução nº 517/05 da ANTAQ, alterada pela Resolução nº 1.660/10, a autorização para terminal privativo de uso misto requer carga própria que justifique a sua implementação, fato que ocorre no Superporto do Açu.

No final 2008, o Decreto Presidencial nº 6.620 determinou que a carga de terceiros deveria possuir as mesmas características de armazenamento, movimentação e natureza da carga própria, e ter operação eventual e subsidiária. O Decreto também estabeleceu que as autorizações da ANTAQ concedidas até sua promulgação não seriam impactadas. Desta forma, as restrições da regulamentação citada não afetaram o empreendimento da LLX, uma vez que o Superporto do Açu já possuía a autorização da ANTAQ.

Em 06 de dezembro de 2012, porém, após a apresentação dos Programas de Investimento em Logística dos modais ferroviário e rodoviário, a Presidência da República editou a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012 (a “MP nº 595/2012”), que estabeleceu um novo marco regulatório do setor portuário e constitui a base legal para o Programa de Investimentos em Logística de Portos.

A MP nº 595/2012 veio aprimorar o marco regulatório portuário, a fim de garantir maior segurança jurídica e, sobretudo, maior competição no setor. É nítido o objetivo da MP nº 595/2012 de privilegiar os investimentos privados no setor portuário, com a eliminação de barreiras legais ao ingresso e manutenção das empresas no setor.

Dentre outras mudanças significativas, a MP nº 595/2012 revogou a Lei nº 8.630/93 (Lei dos Portos), lançando novas bases para o desenvolvimento do setor portuário nacional, calcado em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

regras claras e precisas, que promoverão a participação da iniciativa privada com o Estado, para a operação dos terminais portuários.

Os principais pilares da MP nº 595/2012 foram:

- (i) Redução de custos e tarifas;
- (ii) Aumento da competitividade no setor portuário;
- (iii) Integração entre os modais de transporte;
- (iv) Novos investimentos públicos e privados; e
- (v) Mudanças nos requisitos necessários à autorização do Poder Concedente.

Principais alterações:

Portos Organizados (instalações portuárias em portos públicos):

- (i) Adoção do conceito de uso de bem público para as instalações portuárias dentro do porto organizado;
- (ii) Concessão e arrendamento celebrados por contrato, após processo de licitação baseada nos critérios de maior movimentação e menor tarifa, sem prejuízo de outros estabelecidos no edital, na forma do regulamento a ser expedido;
- (iii) Prazo máximo dos contratos de concessão e arrendamento: 25 anos, prorrogáveis uma única vez por igual período (a critério do poder concedente), com reversão de bens e investimentos;
- (iv) Terceiros poderão ter acesso e movimentar cargas nos Terminais Arrendados, em condições a serem disciplinadas pela ANTAQ, assegurada a adequada remuneração ao arrendatário – *open access*;
- (v) Contratação de mão-de-obra via OGMO.

Terminais Privados:

- (i) Eliminada a distinção entre movimentação de carga própria e carga de terceiros como elemento essencial para a exploração de Terminais Privados (antes chamados de Terminais de Uso Privativo);
- (ii) Novos Terminais Privados serão autorizados apenas fora das áreas do Porto Organizado. Ficam mantidas as autorizações já concedidas, cujos contratos serão adaptados no prazo de um ano a partir da publicação da Medida Provisória;
- (iii) Para garantir publicidade e transparência ao setor, todas as Autorizações serão precedidas de chamada pública, e, sempre que necessário, será promovido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

processo de seleção público. Os critérios de seleção serão definidos em regulamento;

- (iv) O prazo das Autorizações será de 25 anos, prorrogáveis por períodos sucessivos, desde que o autorizatário se comprometa com investimentos e dê continuidade às atividades de operação portuária;
- (v) Cessada a atividade portuária a qualquer momento, a área do Terminal Privado e seus bens reverterem à União Federal sem qualquer indenização ao autorizatário;
- (vi) Terceiros poderão ter acesso e movimentar cargas nos Terminais Privados, em condições a serem disciplinadas pela ANTAQ, assegurada a adequada remuneração ao autorizatário – *open access*;
- (vii) Liberdade na contratação de mão-de-obra (sem OGMO).

Deste modo, o novo marco regulatório do setor portuário afeta muito positivamente o empreendimento da LLX, que já possui a autorização da ANTAQ e que conta hoje com um pedido de ampliação aguardando deliberação. É exitoso o esforço do Governo na promoção das mudanças no setor portuário, que resultarão na melhoria da competitividade de nossa economia, promoverão o aumento de oferta da infraestrutura e melhora da eficiência no setor com a devida segurança para os investidores, caracterizando-se como uma nova abertura dos portos para os brasileiros.

4. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas com seus investimentos e despesas relacionadas demonstram a fase de execução das obras para a construção do Superporto do Açu.

Apesar da fase pré-operacional com relação à atividade de logística portuária, o ano de 2012 apresentou uma receita líquida de R\$68,7 milhões originada primordialmente do arrendamento de retroárea, mais de 4 vezes superior ao ano anterior. Este aumento ocorreu devido ao impacto de contratos assinados no segundo semestre de 2011 com OSX, Technip, e NKTF, reconhecidos integralmente em 2012.

As despesas administrativas somaram R\$165,6 milhões contra R\$149,8 milhões apresentada no ano de 2011. Este aumento reflete a contratação de serviços de consultoria de engenharia necessários para a implantação e execução dos projetos no Superporto do Açu, aumento com as despesas de pessoal que será revertida no ano seguinte com o plano de redimensionamento da empresa realizado no final do ano. E, por fim, pelo incremento no serviço de manutenção de Infraestrutura de TI responsável pelo melhoramento e automação dos nossos controles.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O resultado financeiro líquido consolidado totalizou R\$28,9 milhões. A receita financeira somou R\$109,1 milhões, composta por receitas com aplicações financeiras no montante de R\$35,1 milhões e receitas de juros com mútuo no valor de R\$69,2 milhões. Esta receita foi parcialmente compensada por despesas financeiras de R\$80,2 milhões, incluindo despesas com pagamento de juros relativo ao endividamento com bancos que somaram R\$66,3 milhões.

Em função da entrada em vigor da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o critério de registrar imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas despesas pré-operacionais dos empreendimentos da LLX. Com isso, a conta imposto de renda e contribuição social diferido foi credora em R\$11,2 milhões em 2012, enquanto que em 2011 foi de R\$29,1 milhões. A conta imposto de renda e contribuição social corrente apresentou uma despesa de R\$7,7 milhões em 2012 enquanto que em 2011 ficou em R\$12,3 milhões.

O resultado apresentado pela Companhia em 2012 foi um prejuízo de R\$36,6 milhões, refletindo ainda a fase final do período pré-operacional da empresa.

A Companhia encerrou o ano com uma posição de caixa de R\$482,9 milhões, excluindo o valor de R\$480,7 milhões de depósitos vinculados. A variação com relação ao ano anterior foi um crescimento de R\$75,3 milhões que apresentou uma posição de caixa de R\$407,6 milhões.

O endividamento da Companhia aumentou de R\$919,3 milhões em 2011 para R\$2,2 bilhões em 2012. Este incremento reflete a captação junto ao BNDES de um empréstimo ponte no montante de R\$518 milhões e de R\$750 milhões referente a emissão de debêntures coordenada pela Caixa Econômica Federal com prazo de 15 anos e 3 anos de carência.

O imobilizado consolidado passou de R\$1.741,8 milhões no término do exercício anterior para R\$1.903,6 milhões no final de 2012. O aumento de R\$578,2 milhões está associado, ao avanço no andamento físico das obras do Superporto do Açú.

5. Responsabilidade socioambiental

A LLX acredita que possui papel social estratégico e transformador nas áreas onde atua e, por isso, conduz seus projetos de forma sustentável, com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Alinhada à Política de Sustentabilidade do Grupo EBX, a empresa adota e dissemina conceitos, práticas e procedimentos com foco em responsabilidade social empresarial.

Em 2012, a Companhia lançou o Programa de Conservação da Biodiversidade, que tem o objetivo de integrar ações de preservação e conservação do bioma de restinga da região de São João da Barra (RJ), além de colaborar com o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao manejo e à proteção dos ecossistemas costeiros. Entre as iniciativas está a criação da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Caruara, com 4 mil hectares - a maior reserva particular de restinga do país. A criação da RPPN Caruara, a primeira de São João da Barra, é uma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

iniciativa voluntária da LLX, alinhada com a política de sustentabilidade do Grupo EBX de ir além das obrigações legais.

Outra iniciativa do Programa de Conservação da Biodiversidade foi a instalação, no Superporto do Açú, de um viveiro com capacidade de produção de 500 mil mudas de restinga. Atualmente o local, que conta com mais de 400 mil mudas, produz e maneja mais de 61 espécies de restinga.

Ainda em 2012, a LLX investiu cerca de R\$1 milhão em iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar em São João da Barra. Todas as ações integram o Plano de Investimento Social na Agricultura desenvolvido pelas empresas do Grupo EBX na região e já beneficiaram cerca de 800 produtores rurais. Essas iniciativas estimulam o uso sustentável dos recursos naturais, melhoram a qualidade de vida das comunidades no campo e possibilitam a ampliação da produção dos agricultores. Entre as iniciativas está o Programa Cultivo Protegido, realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária e a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundenor) e que possibilitou a instalação de 4 estufas no 5º Distrito (somando seis no total), que beneficiam, atualmente, 18 famílias de produtores rurais. Além disso, também foram instaladas 4 hortas ecossustentáveis e realizados cursos com técnicas de cultivo.

Com o objetivo de incentivar a formação profissional de famílias pescadoras e contribuir para a organização da cadeia produtiva da pesca na região de São João da Barra, a LLX inaugurou, no final de 2012, o Centro de Formação de Pescadores de Atafona “João Pereira”. Com investimento de R\$1 milhão, no local serão disponibilizados cursos para alfabetização e qualificação dos pescadores. O local também será utilizado como sede para cursos de capacitação promovidos em parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF). Em 2012 também foi concluída a construção da 1ª fase do Entrepasto Pesqueiro de São João da Barra. A previsão é inaugurar o espaço até o final deste ano.

Em 2012, a LLX realizou a entrega do diagnóstico de competitividade de micro e pequenas empresas de São João da Barra. Cada empresário recebeu um plano com o diagnóstico e a indicação de cursos para qualificação. O documento é individual e direciona mais de 80 empresários que participaram do Programa de Desenvolvimento que acontece em parceria com o SEBRAE e a Câmara de Dirigentes Lojistas do município. Através do diagnóstico e para dar continuidade à capacitação de micro e pequenas empresas da região serão promovidos pelo SEBRAE cursos de capacitação.

Também em São João da Barra, a LLX realizou melhorias em 35 km de estradas. Com investimento de R\$20 milhões, as vias foram pavimentadas e recuperadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Mercado de capitais e governança corporativa

As ações da LLX são listadas no Novo Mercado, nível mais elevado de Governança Corporativa da Bovespa, reforçando a importância do Mercado de Capitais para a Companhia.

No ano de 2012, as ações da LLX também foram destaque de liquidez no setor, com volume médio diário de R\$19,155 milhões e 4.932 negócios por dia.

Desde o dia 04 de janeiro de 2009, a LLX passou a integrar a carteira teórica do Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações por retratar o comportamento dos principais papéis negociados na BOVESPA. O peso da LLXL3 no Ibovespa, com base na carteira em vigor no final de dezembro de 2012, é de 0,569%.

Em dezembro de 2012, a LLX possuía 694.021.377 ações. Desde sua listagem na Bovespa, a LLX também possui *Global Depositary Receipts* - Nível 1 ("GDRs"). No final de 2012, os GDRs representavam 1.215.269 ações, ou 0,17% do capital social da LLX.

A LLX possui um Conselho de Administração formado por 10 membros, dentre os quais 5 são independentes. O Conselho se reúne com periodicidade trimestral, além das reuniões extraordinárias agendadas conforme a necessidade.

A LLX conta, ainda, em sua estrutura de Governança Corporativa com: i) Comitê de Auditoria, composto por três membros altamente qualificados, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e, ainda, na indicação e avaliação da auditoria independente. O Comitê é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, atuando com independência com relação à Diretoria e ii) Conselho Fiscal, recentemente instalado, composto por três membros efetivos e três suplentes.

7. Cláusula compromissória

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº. 381/2003 informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ("Ernst & Young Terco") presta serviços de auditoria externa para a LLX, relacionados ao exame das demonstrações financeiras do Grupo LLX. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o auditor independente da Companhia, Ernst & Young Terco, prestou serviços de assessoria sobre atividades portuárias no montante de R\$62 mil.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

9. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da LLX declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

10. Orçamento de Capital

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados, as quais não fazem parte do escopo da auditoria.

Em reunião do Conselho de Administração da LLX, realizada em 15 de março de 2013, foi aprovado o orçamento de 2013, no valor total de R\$1.189,5 milhões.

11. Agradecimentos

A Administração da LLX agradece aos senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação, compromisso, contribuição, e confiança ao longo de 2012, ano de grandes conquistas para LLX.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras

LLX Logística S.A.
(Companhia Aberta)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A LLX Logística S.A. ("LLX" ou "Companhia") foi constituída em 1º de março de 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. Essas operações consistem basicamente na estocagem, manuseio e embarque de minério de ferro, carga de terceiros de todo tipo e de grãos sólidos (agrícolas e industrializados) e líquidos, e no arrendamento de retroárea.

Todas as empresas controladas pela Companhia encontram-se em fase pré-operacional, à exceção da LLX Açú Operações Portuárias S.A. ("LLX Açú") e LLX Açú Operações Portuárias S.A. ("LLX Açú") e Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia"). A LLX Açú iniciou no ano de 2011 sua atividade de arrendamento de retroárea e a Pedreira Sapucaia iniciou a exploração de pedras com o propósito de prover às necessidades da LLX Açú com relação às obras civis realizadas no Complexo Industrial do Superporto do Açú. Entretanto, a Companhia mantém o objetivo de desenvolver empreendimentos focados na prestação de serviços logísticos portuários, conforme detalhado a seguir:

Superporto do Açú

Está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Trata-se de um "Superporto" privativo de uso misto dentro do conceito de porto-indústria, com profundidade de 21 metros, podendo alcançar até 26 metros em uma segunda fase. O Superporto terá um terminal *offshore* (TX1) e um terminal *onshore* (TX2), que juntos terão 17 km de píer e capacidade para receber até 47 embarcações simultaneamente, incluindo navios de grande porte.

Este complexo portuário divide-se em duas empresas:

- ▶ LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A. ("LLX Minas-Rio"), que é condômina de uma área de 300 hectares, destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e pelotização de minério de ferro, além de ser co-proprietária da estrutura *offshore* formada por ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e de até quatro berços para carregamento de minério, com início da operação previsto para o segundo semestre de 2014;

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Superporto do Açu--Continuação

- ▶ LLX Açu, com área de aproximadamente 9 mil hectares, destinada a um complexo industrial, dotada de canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão, incluindo um terminal para movimentação de cargas diversas tais como produtos siderúrgicos, carvão, granito, granéis sólidos, escória e ferro gusa.

Em função da sua localização próxima às bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, o Superporto do Açu está estrategicamente posicionado para realizar consolidação e tratamento de petróleo no TX1, servir de base de apoio para operações *offshore* de exploração e produção e atrair empreendimentos dedicados à indústria de óleo e gás. Além dos futuros serviços de apoio logístico, a LLX Açu já opera como arrendadora de parte de sua retroárea as empresas que estão em processo de instalação de seus empreendimentos na área. O início da operação portuária está previsto para o segundo semestre de 2013.

Porto Brasil

A Companhia suspendeu, temporariamente, em outubro de 2008, as atividades de investimento no projeto do Porto Brasil, de sua controlada LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil"), localizado no município de Peruíbe, Estado de São Paulo, devido ao agravamento da crise mundial naquele ano, assim como à alteração no marco regulatório do setor portuário brasileiro.

O imóvel identificado para o desenvolvimento deste projeto é objeto de um processo administrativo de demarcação de terra indígena, iniciado pela Fundação Nacional do Índio ("FUNAI") logo após a invasão do mesmo, ocorrida no mês de julho de 2000. Em decorrência deste processo, foi editada, em 19 de abril de 2011, a Portaria nº 500 do Ministério da Justiça, pela qual foi delimitada a terra indígena denominada de "TI Piaçaguera" na quase totalidade do imóvel em questão.

No entanto, em função de inúmeras inconsistências e ilegalidades identificadas no processo administrativo de responsabilidade da FUNAI, com destaque na ausência de participação do Estado de São Paulo, que é legalmente exigida, foi interposto recurso hierárquico perante o Ministério da Justiça, estágio atual do processo. Também foi requerida a atribuição de efeito suspensivo à Portaria do Ministério da Justiça nº 500/11 até o julgamento definitivo do recurso. Como fundamento do recurso apresentado, há farta jurisprudência e até mesmo um parecer expedido pela Advocacia Geral da União, que reforça a necessidade de oitiva dos Estados nos processos de demarcação.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Porto Brasil--Continuação

Durante o exercício de 2012, houve a realização de perícia judicial no processo de reintegração de posse que tramita desde 2001 perante a 4ª Vara Federal de Santos-SP, que veio a concluir pela ausência de ocupação indígena no referido imóvel anteriormente ao ano de 2000, fato novo e de alta relevância para o desfecho e fundamento do recurso apresentado pela Companhia ao Ministério da Justiça.

Na presente data, pelo fato de não ter havido julgamento que acate o pedido suspensivo requerido no recurso administrativo dirigido ao Ministério da Justiça, é avaliada como possível a probabilidade de perda dos gastos já efetuados. Não obstante, diante da evolução dos fatos, a Administração da Companhia continua avaliando a retomada do empreendimento, uma vez que a região carece de infraestrutura portuária eficiente para atendimento às demandas das indústrias locais. Tanto assim que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") incluiu a totalidade da área deste imóvel no Plano Geral de Outorgas que publicou em 2009, elegendo-a como área vocacionada à implantação de uma instalação portuária.

Até o momento, a LLX Brasil pagou R\$39.801, registrados no ativo imobilizado pela aquisição do direito de aquisição e posse dos terrenos destinados à instalação do Porto Brasil. Conforme Termo Aditivo assinado em 27 de dezembro de 2012, a LLX Brasil pagará até 28 de março de 2013 o valor estimado de R\$2.000, sendo o saldo remanescente equivalente a R\$13.334 prorrogado até o prazo limite de 26 de julho de 2013. O pagamento deste saldo somente será realizado após a LLX finalizar avaliação em curso sobre (ou apenas solucionar) impedimentos legais à celebração de escritura de compra e venda definitiva. Caso a LLX Brasil desista da aquisição da posse dos terrenos, não poderá reaver os valores já pagos.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Licenças e autorizações

Durante o exercício de 2012, foram obtidas as seguintes licenças ou autorizações:

Empresa	Tipo	Data de emissão	Vigência
LLX Açú	Autorização da Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") nº 544 autoriza a construção de Terminal Portuário Logístico do Açú localizado no município de São João da Barra – RJ contemplando tanques de armazenamento dos seguintes produtos: petróleo, diesel, OC-1B, Slop /Interface; instalações dos píeres de recebimento e de expedição; e uma plataforma rodoviária contendo 3 ilhas de descarregamento para caminhões-tanque. Esta autorização entrou em vigor em 03 de dezembro 2012, data de sua publicação no Diário Oficial da União.	30/11/2012	Indeterminada
LLX Açú	Licença prévia IN021311 que aprova a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB) contemplando sistema rodoferroviário, implantação do canal Campos – Açú no trecho Quitingute – UCN, rede elétrica e outras estruturas.	30/10/2012	30/10/2014
LLX Açú	Licença prévia E-07/509.206/2010 para obras de implantação do TX2, localizado no Superporto do Açú.	16/02/2012	16/02/2015
LLX Açú	Licença prévia e de instalação LPI nº IN021739 aprovando a concepção, localização e implantação de um píer de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito.	10/12/2012	10/12/2015
LLX Minas-Rio	Licença LI nº IN020121 que renova a IN00387/09 para a construção de linha de transmissão 138kV, interligando a subestação de Campos dos Goytacazes ao Superporto do Açú.	10/08/2012	10/08/2015

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

LLX Minas-Rio	Outorga nº IN020229 autoriza a captação de água bruta no rio Ururaí, na Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul – RH IX, com finalidade de umectação de vias.	12/07/2012	12/07/2017
---------------	---	------------	------------

Em 03 de maio de 2012, a LLX divulgou ao mercado em fato relevante a liberação pelo Instituto Estadual do Ambiente (“INEA”), em 24 de abril de 2012, da LI nº IN 019365, em nome da UTE Porto do Açu Energia S.A. (“UTE”), empresa do Grupo MPX. Apesar da liberação da licença de instalação ter sido feita em nome da UTE, trata-se de fato relevante para o empreendimento do Superporto do Açu, uma vez que autoriza a construção de um circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345kV, incluindo uma subestação, conectando o Superporto até a cidade de Campos e ao Sistema Interligado Nacional, assegurando assim o fornecimento de energia estável a todas as empresas instaladas na retroárea.

3. Entidades do grupo

	País	Participação acionária	
		2012	2011
Controladas relevantes			
Controladas diretas:			
LLX Minas-Rio (*)	Brasil	51,00%	51,00%
LLX Açu	Brasil	70,46%	70,00%
LLX Brasil	Brasil	70,00%	70,00%
Controladas indiretas:			
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu S.A. (“GSA”)	Brasil	70,00%	70,00%
SDX Investimentos S.A. (“SDX”)	Brasil	70,00%	70,00%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara. (“Reserva Ambiental Caruara”)	Brasil	70,00%	70,00%
G3X Engenharia S.A. (“G3X”) (**)	Brasil	99,99%	51,00%
Pedreira Sapucaia (**)			
	Brasil	99,75%	-
LLX Empresa Brasileira de Navegação S.A. (“EBN”) (***)	Brasil	100,00%	-
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%

(*) Controle compartilhado, conforme o Acordo de Acionistas que garante os mesmos direitos aos acionistas Anglo American Participações em Mineração Ltda. (“Anglo American Participações”) e Centennial Asset Participações Minas-Rio S.A. (“Centennial Asset”), Companhias do mesmo grupo societário, detentoras, em conjunto, de 49% das ações.

(**) Em 14 de novembro de 2011, a LLX Açu adquiriu por R\$5.110 a totalidade da participação da EBN na G3X, passando a controlá-la em conjunto com 51%. Em 2012, a LLX Açu adquiriu da empresa ARG os demais 48,75% de participação na G3X pelo montante de R\$9.075, passando a deter 99,75% do capital social da empresa. Essa aquisição não se caracteriza como uma combinação de negócios; trata-se de aquisição de ativos (direitos minerários no valor total de R\$20.930 – vide Nota 17), substancialmente granito para suprir a necessidade de pedras que serão utilizadas na construção do Superporto do Açu.

(***) Empresa criada em 03 de janeiro de 2012, através de aporte de R\$1. Em 31 de dezembro de 2012, a EBN encontra-se sem qualquer movimentação financeira.

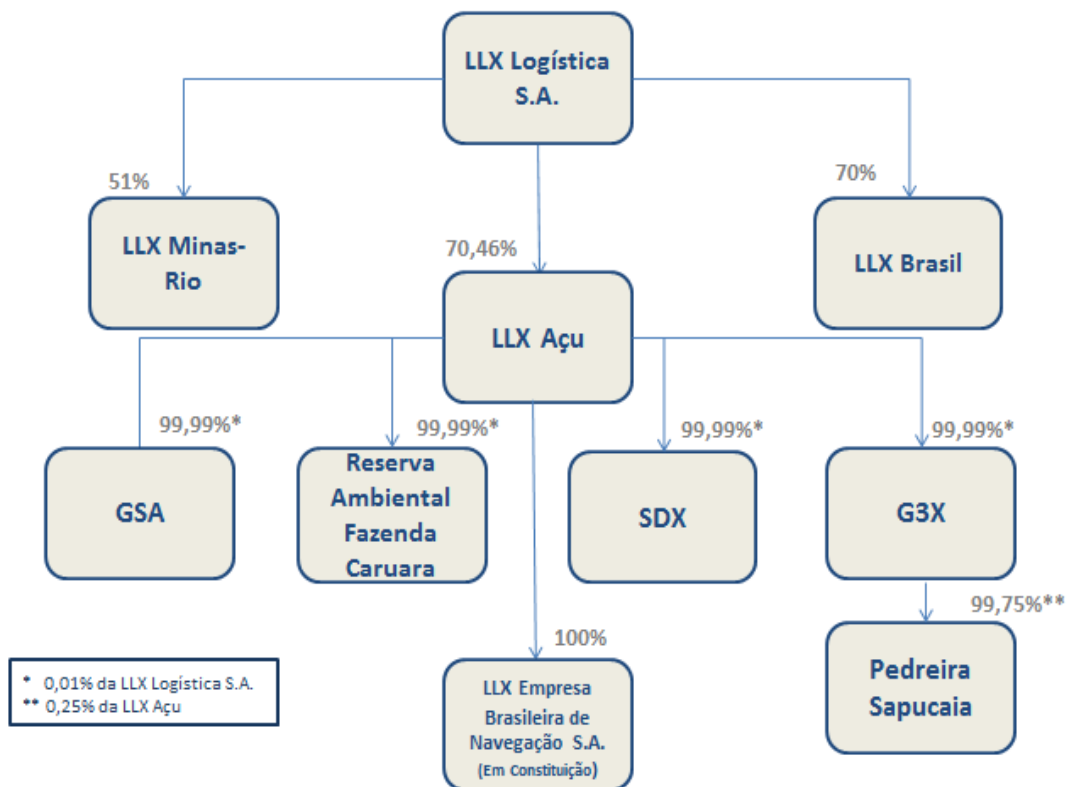
Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo LLX ("LLX e empresas controladas") apresenta a seguinte estrutura:



4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das normas de IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*"joint ventures"*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que está sendo adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43 (R1). De acordo com as normas de IFRS, receitas e despesas pré-operacionais devem ser registradas no resultado do exercício quando incorridas. Com a adoção das normas em IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$(252.766), líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009. Consequentemente a diferença entre o patrimônio líquido individual e consolidado está relacionada a este ativo diferido reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais, respectivamente, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os principais assuntos que podem ser afetados pelo uso de estimativas são: realização de impostos diferidos, determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos, provisão para contingências, plano de opção de compra de ações, e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo LLX.

a. Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle e /ou controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo LLX.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas e controlada em conjunto descritas na Nota 3. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- c. A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo LLX, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;
- d. Consolidação proporcional à participação da Companhia no capital da LLX Minas-Rio, por se tratar de empresa, cujo controle é compartilhado, conforme as observações acima;
- e. Os saldos das transações intercompanhias da controlada de controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Apresentamos a seguir o resumo do balanço patrimonial individual auditado, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, da controlada em conjunto LLX Minas-Rio, já considerado o percentual de participação de 51%:

Balanço patrimonial - IFRS	LLX Minas-Rio	
	2012	2011
Ativo		
Circulante	130.031	114.346
Caixa e equivalentes de caixa	830	7.163
Impostos a recuperar	3.136	3.455
Depósitos vinculados	2.480	2.547
Despesas antecipadas	7.011	7.657
Ativos de terceiros em nosso poder (a)	97.792	91.203
Créditos diversos	18.782	2.321
Não circulante	666.524	618.499
Depósitos judiciais	12.964	12.253
Impostos diferidos	26.764	32.259
Imobilizado	626.251	568.517
Intangíveis	545	5.470
	796.555	732.845
Passivo		
Circulante	350.325	329.335
Fornecedores	13.302	13.791
Salários e encargos	1.432	1.091
Obrigações com terceiros	100.207	101.712
Impostos e contribuições a recolher	443	2.250
Partes relacionadas	234.941	210.491
Não circulante	300.814	268.761
Provisão para retirada de ativos e reflorestamento	97	97
Impostos e contribuições a recolher	28.378	20.126
Obrigações com terceiros	225.489	202.101
Outras obrigações	2.052	2.295
Receita diferida	31.701	31.701
Provisão para contingências	12.964	12.252
Outras contas a pagar	133	189
Patrimônio líquido	145.416	134.749
	796.555	732.845

(a) Em 15 de julho de 2011, foi assinado o Acordo de Alocação de Ativos, entre a LLX Açú, LLX Minas-Rio e a Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. ("AFMR"), controlada direta da Anglo American Participações, como descrito nas Notas 08 e 16.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo LLX pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*. Derivativos são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição, taxas ou outros custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros podem incluir instrumentos patrimoniais e títulos de dívida.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Perdas por redução de valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo LLX inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse", e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação e atualmente são todos reconhecidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

e. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo LLX concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

g. Estoques

Os estoques, representados por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto, nas quais a Administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- ✓ O custo de materiais e mão de obra direta;
- ✓ Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- ✓ Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

j. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

k. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrente dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

l. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo será estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto (antes de impostos) que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo LLX tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (não de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição (não de mercado) na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

o. Receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear e prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais, base negativa da CSLL e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados periodicamente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação e IAS 33 – Resultado por Ação.

s. Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados ao Presidente da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

t. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representa informação financeira adicional.

u. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

v. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

- ▶ IAS 1 (CPC 26 R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - a principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa alteração não deverá impactar a Companhia.
- ▶ IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7. Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. Essa alteração não deverá impactar a Companhia.
- ▶ IFRS 9 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros - aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é nos casos em que a opção de mensuração pelo valor justo for adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade será registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado do exercício, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma originalmente aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 foi alterada para 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia avalia que o impacto total dessas alterações em suas demonstrações financeiras, se houver, não será significativo.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- ▶ IFRS 10 (CPC 36 R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas - apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. A norma expande o conceito de controle e fornece orientações adicionais na sua determinação. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não existe em 31 de dezembro de 2012 acordos que ensejem que a Companhia tenha controle sobre outras entidades além das consolidadas. Dessa forma, a Administração entende que não haverá impacto decorrente desse pronunciamento nas demonstrações financeiras.
- ▶ IFRS 11 (CPC 19 R2) - Acordos em Conjunto - a norma define os acordos em conjunto com base nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos e, como consequência, contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) empreendimentos controlados em conjunto (*"joint venture"*) – que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido nos empreendimentos controlados em conjunto. No entendimento da Administração, o Acordo de Acionistas entre a Companhia e Anglo American Participações e Centennial Asset, relativamente às operações da controlada em conjunto LLX Minas-Rio, caracteriza-se como operações em conjunto (*"joint operation"*) de acordo com o IFRS 11. Este tratamento não trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras, considerando que atualmente a Companhia reconhece a LLX Minas-Rio pelo método de consolidação proporcional. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- ▶ IFRS 12 (CPC 45) - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades - trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo controladas, coligadas, acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que não haverá impactos relevantes nas divulgações decorrente desse pronunciamento.
- ▶ IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração de Valor Justo - o objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso é requerido ou permitido por outros pronunciamentos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que não haverá impacto significativo decorrente desse pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	280	969	2.281	21.477
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	5.510	174.195	137.624	276.543
CDB	11.988	66.793	299.452	106.035
Outros	1.744	2.223	43.578	3.530
	19.242	243.211	480.654	386.108
	19.522	244.180	482.935	407.585

Os equivalentes de caixa referem-se em parte a cotas de Fundo de Investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações são mantidas e gerenciadas por meio de Fundo de Investimento exclusivo administrado pelo Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados (Debêntures e Certificado de Depósito Bancário - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média sobre o DI CETIP ("CDI") de 101,13% (marcação a mercado) e 101,3% (taxa nominal na curva).

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	-	-	-	107
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	5.370	11.681	16.707	21.999
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	2.762	5.960	5.105	9.489
Programa de integração social ("PIS")	-	-	-	31
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	-	-	-	142
Imposto sobre operações financeiras ("IOF")	-	67	-	67
Outros	-	-	61	30
	8.132	17.708	21.873	31.865

8. Ativos de terceiros em nosso poder

Em 15 de julho de 2011, a LLX Açú, LLX Minas-Rio e a AFMR assinaram um Acordo de Alocação de Ativos ("*Asset Allocation*"). O acordo determina que parte dos ativos da LLX Minas-Rio sejam transferidos para a AFMR, como descrito na Nota 16. O valor reclassificado para esta conta no montante de R\$97.792 (51% de R\$191.749) em 31 de dezembro de 2012, que corresponde ao valor de R\$91.203 (51% de R\$178.829) em 31 de dezembro de 2011, se refere a ativos discriminados neste acordo como pendentes de entrega ("*Pending delivered*"). Em 31 de dezembro de 2012 permanece uma parcela de ativos a serem transferidas para AFMR, estimada no montante de R\$770 (51% de R\$1.510).

Ressalta-se que os valores adiantados pela AFMR para aquisição desses ativos foram registrados em obrigações com terceiros, conforme Nota 20, contudo, apesar da propriedade desses ativos ser garantida pelo *Asset Allocation*, a efetivação da transferência legal (parcial ou total) ocorrerá somente a partir do enquadramento aos benefícios fiscais, motivo pelo qual esses bens continuam registrados em ativos de terceiros em nosso poder.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Depósitos bancários vinculados

O quadro abaixo demonstra a posição de depósitos vinculados:

	Consolidado	
	2012	2011
Depósito em garantia SNUC (a)	2.480	2.547
Depósito vinculado – CODIN (b)	9.692	22.319
Depósito vinculado – Debêntures (c)	468.523	-
	480.695	24.866

(a) Refere-se ao termo de compromisso de compensação ambiental nº 01/2009, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação ("SNUC"), firmado entre o Estado do Rio de Janeiro, o INEA e a LLX Minas-Rio. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.480 (relativo a 51% de participação em um total de R\$4.863).

(b) Refere-se aos depósitos vinculados à compra dos terrenos efetuados pela LLX Açú e sua controlada GSA, cujas glebas estão submetidas ao processo de desapropriação no Superporto do Açú. Estes recursos serão utilizados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ("CODIN"), após a autorização da LLX Açú ou sua controlada GSA, principalmente para realizar depósitos judiciais em favor dos proprietários ou posseiros dos terrenos.

(c) Os recursos oriundos da emissão das debêntures – descritas na Nota 21, ainda não liberados em função da necessidade de cumprimento de cláusulas contratuais, estão aplicados em um Fundo de Renda Fixa, administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal ("CEF") e se enquadram no conceito de depósitos bancários vinculados, por necessitarem de comprovação de gastos para serem liberados.

10. Impostos diferidos

A Companhia apura o lucro tributável considerando os critérios da Lei nº 6.404/76 antes das alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. A confirmação da opção pelo regime do lucro real ocorreu no ano-calendário 2008. A adoção pelo regime tributário de transição (RTT) é obrigatória desde a vigência da Lei nº 11.941/09, ou seja, ano-calendário 2010.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido. No entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais	1.772	-	3.371	3.940
Base negativa de contribuição social	638	-	1.213	1.419
Ajuste diferido ativo (*)	-	-	20.696	20.877
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT diferido (**)	-	-	85.096	71.230
Provisão para gratificação/bônus	3.983	3.787	4.894	3.787
Provisão para contingências	250	-	250	-
Provisão para perda - LLX Brasil	-	-	16.812	16.812
Outros	-	-	17	17
Total de créditos fiscais diferidos	6.643	3.787	132.349	118.082
Provisão para realização (***)	-	-	(20.689)	(17.468)
Total de impostos diferidos ativos	6.643	3.787	111.660	100.614

(*) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças de práticas (amortização integral do ativo diferido em IFRS e manutenção dos saldos em BR GAAP - controladora) até 2008.

(**) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009.

(***) Créditos fiscais não reconhecidos, provenientes das controladas LLX Brasil, SDX, Reserva Ambiental Caruara e GSA, em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções atuais dos lucros tributáveis futuros, considerando as diversas premissas financeiras, econômicas e estratégicas relacionadas à atividade de prestação de serviços de logística portuária, que deve se iniciar em 2013. Consequentemente há um grau de incerteza inerente às projeções de resultados futuros ao longo do tempo. Baseado no plano de negócios da Companhia, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos não será superior a 10 anos.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Consolidado	
	2012	2011
LLX Minas-Rio (a)	12.966	12.252
LLX Açú (b)	11.572	8.884
	24.538	21.136

- (a) A controlada em conjunto LLX Minas-Rio questiona a exigibilidade de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas em sua fase pré-operacional. A LLX Minas-Rio reconheceu os tributos a recolher no exercício de 2007 e impetrou mandado de segurança em janeiro de 2008, efetuando depósito judicial no montante de R\$8.366 (51% de R\$16.403), que corrigido monetariamente pela taxa SELIC em 31 de dezembro de 2012 atinge R\$12.548 (51% de R\$24.603). A ação teve sentença desfavorável em primeira e segunda instâncias na Justiça Federal do Rio de Janeiro e aguarda decisão de recurso no Tribunal Superior.

Em outubro de 2009, a LLX Minas-Rio moveu uma ação em face da Prefeitura de São João da Barra contestando a cobrança da Taxa de Parcelamento de Solo, para desmembramento de um imóvel de 300 hectares localizado na Fazenda Saco D'antas. Visando suspender a exigibilidade do crédito tributário e evitar, portanto, a inscrição em dívida ativa, a LLX Minas-Rio realizou um depósito judicial no valor original de R\$338 (51% de R\$663), cujo montante em 31 de dezembro de 2012 é de R\$418 (51% de R\$820). No momento aguarda-se a sentença.

- (b) Em 2 de dezembro de 2010, a LLX Açú depositou em juízo o valor de R\$8.000 para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"). Uma vez que a CAUB obteve em juízo uma liminar antecipando os efeitos de uma recuperação judicial, a venda do imóvel depende de autorização judicial. Adicionalmente o juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito judicial de R\$1.172 integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. Até 31 de dezembro de 2012, o alvará judicial autorizando a venda ainda não havia sido emitido pelo Juiz. Caso o Juiz não autorize a venda, os valores depositados serão devolvidos integralmente à LLX Açú. Em 31 de dezembro de 2012, o valor corrigido totaliza R\$11.572.

12. Depósitos restituíveis

	Consolidado			
	2011	Adições	Atualização monetária	2012
LLX Açú	13.162	20.853	2.497	36.512
	13.162	20.853	2.497	36.512

A partir de julho de 2011, a Companhia decidiu adquirir os direitos de posse diretamente de pequenos agricultores instalados na área que abrigará o Superporto do Açú. O objetivo é acelerar o processo de desapropriação, uma vez que a Companhia já havia feito depósitos vinculados à compra desses terrenos, por intermédio da CODIN.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sendo assim, a Companhia decidiu pagar aos agricultores pela aquisição antecipada do direito de posse dos terrenos, sub-rogando-se como beneficiária futura da CODIN no momento em que esses ativos estiverem regularizados para transferência de propriedade. Isso ocorre principalmente em função da ausência de documentos comprobatórios desses agricultores para fazer jus à indenização da CODIN (resgate dos depósitos vinculados). Em 31 de dezembro de 2012 o montante corrigido monetariamente pela SELIC é de R\$36.512, sujeito ao resgate no momento em que os terrenos estiverem regularizados em propriedade da Companhia.

13. Créditos vinculados com terceiros

Em 16 de agosto de 2010, a LLX Açúcar concedeu à Siderúrgica Norte Fluminense ("SNF"), empresa com vistas à implantação de um parque siderúrgico no Complexo Industrial do Açúcar com capacidade de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto por ano, com uma linha de crédito no valor de R\$15.000 comprometida com o pagamento à CODIN para gastos com a avaliação administrativa dos imóveis que compõem o trecho registrado na Escritura de Compra e Venda ("Escritura"), tendo sido acrescidos ao principal os valores de R\$3.000 em 23 de março de 2011, R\$2.000 em 12 de abril de 2011 e R\$2.000 em 17 de junho de 2011.

Outrossim no Contrato de Abertura de Linha de Crédito, a LLX Açúcar concedeu à SNF uma linha de crédito adicional, limitada a R\$77.500, com a finalidade de manter os termos do contrato de caução exigido pela CODIN, no qual foi estabelecido que a SNF irá pagar impostos e demais obrigações inerentes à desapropriação dos terrenos, bem como eventuais quantias de avaliação de imóveis que compõem o trecho registrado na Escritura que ultrapassem o valor da linha de crédito original. Os valores tanto da linha de crédito original quanto da adicional estão sujeitos à correção mensal pela taxa equivalente a 100% do CDI + 1% a.a., contados a partir da data de cada desembolso. O montante disponibilizado através dessas linhas de crédito comprometidas é de R\$39.201, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$32.178 em 31 de dezembro de 2011).

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Investimentos

a) Participações societárias

2012									
Controladas diretas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial(*)	Prejuízo acumulado
LLX Açú	70,46%	325.113	2.579.575	2.303.094	276.481	325.113	51.000	(2)	(100.215)
LLX Brasil	70,00%	114.279	55.636	1.497	54.139	114.280	-	-	(60.141)
LLX Minas-Rio	51,00%	1.058	1.561.871	1.276.740	285.131	385.985	-	-	(100.854)

2011									
Controladas diretas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
LLX Açú	70,00%	177.453	1.082.272	983.342	98.930	177.453	4.197	-	(83.023)
LLX Brasil	70,00%	31.547	31.547	23	31.524	46.005	36.213	-	(50.694)
LLX Minas-Rio	51,00%	1.439.068	1.439.068	1.172.734	266.334	385.985	-	-	(119.651)

Movimentações - Controladora

Controladas diretas	2011	Equivalência reflexa plano de opções de ações outorgadas	Reversão do adiantamento para futuro aumento de capital para mútuo	Aumento de capital (**)	Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Equivalência patrimonial	2012
LLX Açú (***)	70.604	282	(4.197)	104.862	(383)	51.000	(12.115)	210.053
LLX Brasil	32.933	-	(36.213)	47.792	-	-	(6.613)	37.899
LLX Minas-Rio	136.954	-	-	-	-	-	10.667	147.621
Outras	(1)	-	-	-	-	-	3	2
	240.490	282	(40.410)	152.654	(383)	51.000	(8.058)	395.575

(*) Em agosto de 2012 a empresa LLX Açú adquiriu 9.073.064 ações ordinárias equivalentes a 48,75% da participação na G3X, passando a deter 99,75% do capital social da empresa.

(**) Em 2012 a LLX subscreveu e integralizou 104.862.284 novas ações ordinárias no capital social da LLX Açú, passando a deter 70,46% do capital social da empresa.

(***) Saldo de investimento na LLX Açú contempla os valores de adiantamentos para futuro aumento de capital e de opções de compra de ações.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Investimentos--Continuação**b) Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas**

A Companhia concedeu aval de 70%, juntamente com a Centennial Asset Participações Açú S.A. ("Centennial Açú") na proporção de 30%, para os empréstimos concedidos à LLX Açú pelo Bradesco nos montantes de R\$190.000 em setembro de 2008, R\$155.180 em setembro de 2010 e R\$467.686 em maio de 2011.

A LLX assinou como interveniente garantidora a linha de empréstimo concedida à LLX Açú pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no montante de R\$518.587 em fevereiro de 2012. A garantia fidejussória deste contrato será fiança bancária.

Para a operação de debêntures os intervenientes garantidores são os fiadores.

15. Propriedades para investimento

	Consolidado		
	2011	Adições	Transferências(*)
LLX Açú	95.176	154.080	(624)
GSA		25.433	
	95.176	179.513	(624)
			274.065

(*) O montante líquido transferido de R\$(624) refere-se à redução de propriedade para investimento devido à transferência para contas a receber com a OSX de valores referentes a linha de transmissão reembolsados por essa empresa.

Propriedades para investimento incluem terrenos que são arrendados a terceiros, mediante contrato de cessão onerosa do direito real de superfície. Os arrendamentos têm um período de 10 a 40 anos renováveis, sendo que alguns possuem o valor anual do aluguel indexado pela inflação ou pelo dólar.

O montante registrado como propriedades para investimento, parcialmente arrendadas, em 31 de dezembro de 2012 na LLX Açú e sua controlada GSA é de R\$274.065 e corresponde aos gastos incorridos para o desenvolvimento, e disponibilização dessas propriedades a empreendedores que se instalem na retroárea do Complexo Industrial do Superporto do Açú.

As propriedades para investimento são avaliadas pelo método do custo, porém em atendimento a norma contábil CPC 28 – Propriedade para investimento, a Companhia contratou um Perito Independente para avaliar o valor justo dos terrenos arrendados correspondendo à área de 4.884.396 m².

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Esta avaliação foi realizada pela metodologia de fluxo de caixa descontado devido à singularidade do negócio, e a dificuldade de comparabilidade com dados de mercado. O valor justo apurado foi de R\$357.187 para área já arrendada. A parte não arrendada que corresponde a uma retroárea de 50.075.719,46 m² ainda não apresenta fluxo de receitas associadas garantidas contratualmente, tampouco há condições mercadológicas atuais que permitam estimar os custos futuros associados à aquisição destas áreas que se encontram em processo de desapropriação iniciado via CODIN ou o tempo necessário para sua liberação legal, uma vez que em grande parte, encontra-se sob regime de posse. Nesses casos, não é possível estimar o valor justo pela metodologia do fluxo de caixa descontado e nem por outro método de forma confiável uma vez que as premissas que dão base aos modelos não podem ser apuradas razoavelmente e em bases contínuas, situação esta prevista no CPC 28 - Propriedade para investimento. Assim, o valor contábil é considerado pela Administração a melhor estimativa do valor justo das propriedades não arrendadas, mas que estão sendo adquiridas com o propósito de investimento.

16. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LLX	8.520	7.914	8.520	7.914
LLX Minas-Rio	-	-	626.251	572.685
LLX Açu	-	-	1.037.520	539.950
GSA	-	-	-	11.817
Reserva Ambiental Caruara	-	-	14.429	-
LLX Brasil	-	-	39.814	31.247
Pedreira Sapucaia	-	-	15.315	-
	8.520	7.914	1.741.849	1.163.613

Em 15 de julho de 2011 a LLX Açu, LLX Minas-Rio e a AFMR assinaram o *Asset Allocation*, que regula a alocação de ativos que compõem o Terminal Portuário TX1 entre as partes e estabelece formas de pagamentos, transferência de ativos divisíveis e regras de co-propriedade dos ativos indivisíveis, como discriminados a seguir:

- Ativos Entregues: Compostos principalmente de equipamentos elétricos, equipamentos de automação, infraestrutura de almoxarifado e outros no valor de R\$1.056 (51% de R\$2.070);

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Ativos Pendentes de Entrega: Compostos principalmente de 14 correias transportadoras, e outros equipamentos no valor total de R\$97.507 (51% de R\$191.191);
- Ativos Futuros: Compostos de equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, dormentes e fixação para as máquinas e móveis do pátio, entre outros no valor de R\$12.070 (51% de R\$23.666);
- Benfeitorias em propriedade de 300 hectares: Formada por montagem eletromecânica e obras civis, no valor de R\$89.922 (51% de R\$176.317); e
- Ativos em Condomínio: Compostos por ponte de acesso, dragagem, quebra-mar, sondagem e outros.

A posição dos ativos em condomínio em 31 de dezembro de 2012, descontados os efeitos não-caixa, é de R\$605.526 (51% de R\$1.187.306), dos quais foram transferidos 30,04% de participação para a AFMR, conforme estágio de construção do ativo, equivalentes a R\$181.904 (51% de R\$356.675). O valor desembolsado pela AFMR foi de R\$213.270 (51% de R\$418.176), gerando um ganho acumulado de R\$31.367 (51% de R\$61.504), correspondente ao *mark-up* gerado pela inclusão do resultado de despesas gerais e administrativas na composição do ativo em condomínio.

Os percentuais de participação sobre os ativos em condomínio em 31 de dezembro de 2012 são de 69,96% para a Companhia e 30,04% para a AFMR, respectivamente (83,54% e 16,46% em 31 de dezembro de 2011). Ao final da operação a LLX Minas-Rio deterá a participação de 51,80% no condomínio de ativos, que corresponde ao investimento total limitado a R\$973.859 e a AFMR de 48,20%, que corresponde ao investimento total limitado a R\$1.299.598, sendo R\$906.354 referentes aos ativos em condomínio (indivisíveis) e R\$393.244 referente aos ativos divisíveis, ambos livres de depreciação.

Os demais ativos mencionados, Ativos Entregues, Ativos Pendentes de Entrega, Ativos Futuros e Propriedade de 300 hectares, serão transferidos pelo preço de livros, como determinado no Acordo de Alocação de Ativos.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição dos saldos

		Controladora			
	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2012	Líquido 2011
Benfeitorias	11	7.057	(379)	6.678	3.996
Móveis e utensílios	10	1.399	(271)	1.128	1.254
Equipamentos de comunicação	20	148	(48)	100	102
Equipamentos de informática	20	1.244	(670)	574	684
Máquinas e equipamentos	10	5	(2)	3	4
Artefatos têxteis	25	52	(15)	37	48
		9.905	(1.385)	8.520	6.088
Adiantamento para formação de imobilizado		-	-	-	1.826
		9.905	(1.385)	8.520	7.914

		Consolidado			
	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2012	Líquido 2011
Edificações	4	5.512	(900)	4.612	4.535
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	39.941	(26.567)	13.374	13.523
Instalações	10	2.981	(408)	2.573	1.083
Móveis e utensílios	10	2.844	(554)	2.290	1.895
Equipamentos de comunicação	10	561	(118)	443	312
Equipamentos de informática	20	3.003	(1.374)	1.629	1.475
Equipamentos de sinalização	20	586	(438)	148	266
Máquinas e equipamentos	10	1.287	(616)	671	2.629
Artefatos têxteis	20	92	(46)	46	66
Veículos	19	2.210	(810)	1.400	1.291
Terrenos	-	23.803	-	23.803	38.131
		82.820	(31.831)	50.989	65.206
Adiantamentos para formação de imobilizado		142.621	-	142.621	215.685
Obras em andamento e equipamentos em construção		1.548.239	-	1.548.239	882.722
		1.690.860	-	1.690.860	1.098.407
		1.773.680	(31.831)	1.741.849	1.163.613

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação**Movimentação do custo**

	Controladora			
	Movimentação			2012
	2011	Adições	Baixa	
	Custo			Custo
Benfeitorias	4.107	1.924	-	1.026
Móveis e utensílios	1.385	14	-	-
Equipamentos de comunicação	136	12	-	-
Equipamentos de informática	1.117	127	-	-
Máquinas e equipamentos	5	-	-	-
Artefatos têxteis	52	-	-	-
	6.802	2.077	-	1.026
Adiantamentos para formação de imobilizado	1.826	-	(800)	(1.026)
	8.628	2.077	(800)	-
				9.905

	Consolidado			
	Movimentação			2012
	2011	Adições	Baixas	
	Custo			Custo
Edificações	5.231	281	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.490	2.425	-	1.026
Instalações	1.319	1.662	-	-
Móveis e utensílios	2.214	674	-	(44)
Equipamentos de comunicação	388	173	-	-
Equipamentos de informática	2.330	682	-	(9)
Equipamentos de sinalização	586	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.824	4.799	-	(6.336)
Artefatos têxteis	92	-	-	-
Veículos	1.692	518	-	-
Terrenos	38.131	227	(1.224)	(13.331)
	91.297	11.441	(1.224)	(18.694)
Adiantamentos para formação de imobilizado	215.685	43.425	(3.300)	(113.189)
Obras em andamento e equipamentos em construção	882.722	648.016	(97.353)	114.854
	1.098.407	691.441	(100.653)	1.665
				1.690.860
	1.189.704	702.882	(101.877)	(17.029)
				1.773.680

(*) O montante líquido transferido de R\$(17.029) refere-se à redução de imobilizado devido à transferência para Ativos de terceiros em nosso poder no valor de R\$6.589; redução por transferência para Depósitos restituíveis no valor de R\$20.853; aumento devido à linha de transmissão incorporada ao Imobilizado no valor de R\$9.971, aumento do Imobilizado na Pedreira Sapucaia no valor de R\$320 e aumento devido a software incorporado ao imobilizado no montante de R\$122.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo--Continuação

► Obras em andamento

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2012 é composto por dragagem no valor de R\$299.439; juros capitalizados de R\$89.333; gastos com obras de preparação da estrutura portuária do terminal TX2 no valor de R\$555.717, incorridos pela LLX Açú, e ativos em condomínio entre a LLX Minas-Rio e AFMR no valor de R\$603.750 (considerando 51% de participação da LLX na LLX Minas-Rio), composto de ponte de acesso de R\$103.190, quebra-mar de R\$49.031, dragagem de R\$51.168, juros capitalizados de R\$191.786 e outros custos de R\$208.575.

► Juros capitalizados

A controlada LLX Açú capitalizou juros incidentes sobre os contratos relacionados à disponibilização de recursos a serem aplicados na obra de construção do Superporto do Açú, no valor de R\$89.333, referentes aos contratos de empréstimos com o Bradesco, BNDES e CEF (captação através de Debêntures Simples), calculados pelo método da taxa efetiva (CDI + sobre taxa de 6,51%), (TJLP + sobre taxa de 5,01%) e (IPCA + sobre taxa de 6,59%) respectivamente. Não foram capitalizados juros referentes à captação de recursos para outras finalidades.

Em 31 de dezembro de 2012, na controlada LLX Minas-Rio, os custos dos empréstimos capitalizados em virtude das imobilizações em andamento totalizavam R\$191.786 (51% de R\$376.051), calculados pelo método da taxa efetiva (CDI + 5% a.a.) até 31 de outubro de 2012 e (CDI + 2% a.a.) após 1º de novembro de 2012, sendo (R\$136.910 em 31 de dezembro de 2011, que corresponde a 51% de R\$268.451).

► Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto não identificaram indicativos de *impairment* que gerassem a necessidade de testes para redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Direito de acesso (a)	3	-	-	29.856	29.856
Direito minerário (b)		-	-	20.963	-
Licença de uso de software	20	489	402	1.287	1.012
Outros		2	-	13	855
		491	402	52.119	31.723

- (a) Em janeiro de 2008 a controlada LLX Açú e a LLX Minas-Rio assinaram contrato denominado *Port Access Agreement*, aditado em dezembro de 2010. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela LLX Minas-Rio, do direito de acesso às instalações portuárias do TX1 à LLX Açú, seus representantes e clientes, desde que respeitadas determinadas limitações impostas em razão da preferência de utilização destas pelo projeto desenvolvido pela LLX Minas-Rio. A LLX Açú poderá movimentar nas instalações portuárias cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante a ANTAQ, excluído o minério de ferro. A prioridade do acesso e uso das instalações portuárias pela LLX Minas-Rio abrange o recebimento, armazenagem, movimentação e carregamento de minério de ferro proveniente de mina que seja de propriedade da Anglo Ferrous Minas-Rio e suas afiliadas ou que seja por elas, direta ou indiretamente, operadas. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebramar, a LLX Açú deverá pagar à LLX Minas-Rio uma tarifa mensal. Este contrato foi firmado pelo montante de R\$61.558 (R\$62.159, atualizado até a data de quitação) e tem prazo de 35 anos, renováveis por mais 35 anos, tendo sido integralmente liquidado pela LLX Açú em dezembro de 2009. O valor de R\$29.856 (49% da participação da Anglo American Participações e Centennial Asset na LLX Minas-Rio), não eliminado para fins de consolidação, será amortizado a partir do início das operações do Superporto do Açú.
- (b) Refere-se principalmente ao direito minerário concedido pela Licença de Extração Mineral nº 015/2010 à Pedreira Sapucaia, controlada da G3X, que autoriza a extração de granito pelo prazo de 4 anos no valor de R\$20.930. Inclui também a promessa de cessão de direitos minerários assinada entre a LLX Açú e a Riouna 10 Mineradora Ltda. em 26 de fevereiro de 2009, referente à pesquisa mineral para a substância "Ilmenita" no município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, em uma área de 1.967 hectares. O contrato é válido por prazo indeterminado no valor de R\$33.

► Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto não identificaram indicativos de *impairment* e ou alterações significativas no seu Plano de Negócios que gerassem a necessidade de realizar testes do valor recuperável de seus ativos intangíveis.

18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, membros da Administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Partes relacionadas--Continuação

As transações entre empresas que compõem o Grupo EBX, por estarem sob o controle comum do Sr. Eike Fuhrken Batista, também são caracterizadas como transações entre partes relacionadas. Assim, são enquadrados os mútuos, os recebimentos de aluguel e as cobranças mensais a títulos de notas de débito, com prazo de vencimento de 30 a 60 dias, com empresas tais como, EBX Holding Ltda. ("EBX Holding"), MPX Energia S.A. ("MPX"), OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), AVX Táxi Aéreo Ltda. ("AVX"), MMX Porto Sudeste S.A. ("MMX Porto"), CCX Carvão da Colômbia S.A. ("CCX") e REX Empreendimentos Imobiliários S.A. ("REX").

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões usuais praticados no mercado.

► Governança Corporativa

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

O Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia estabelece que é dever de todo Conselheiro zelar para que as transações entre partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, em termos de prazos, taxas e garantias, bem como sejam divulgadas conforme determina a CVM.

Ademais, a Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram submetidas aos Órgãos Decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes, respeitados inclusive os limites de alçada para aprovações.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em qualquer operação ou negócio nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Partes relacionadas--Continuação

Os saldos da Companhia, suas controladas e ligadas são apresentados a seguir:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cientes – Cessão do direito real de superfície				
MPX (a)	-	-	296	276
	-	-	296	276
Contas a receber - Notas de crédito				
MPX	-	-	1.355	-
OSX	-	-	2.082	17.125
LLX Açú	1	647	-	-
REX	-	-	137	-
LLX Brasil	171	-	-	-
	172	647	3.574	17.125
Contas a receber - Mútuos				
LLX Minas-Rio (b)	460.181	412.115	-	-
	460.181	412.115	-	-
	460.353	412.762	3.870	17.401
Circulante	172	647	3.870	17.401
Não circulante	460.181	412.115	-	-
	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a pagar – Notas de débito				
LLX Açú	2.660	2.422	-	-
EBX (d)	2.789	1.933	3.628	3.002
OSX (c)	-	-	8.647	-
AVX	-	-	57	261
MPX	-	631	-	631
MMX Porto	270	270	270	270
	5.719	5.256	12.602	4.164
Fornecimento de garantias, avais ou fianças				
Acionista controlador	-	-	12.513	-
	5.719	5.256	25.115	4.164

(a) No primeiro trimestre de 2010, a Companhia celebrou contrato de locação de uma área de até 224,38 hectares localizada na retroárea do Superporto do Açú, sendo inicialmente locados 74,79 hectares, com opção de ampliação de 149,59 hectares, no qual a MPX e sua controlada UTE são locatárias.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (b) No que se refere à LLX Minas-Rio, em julho de 2008 foi assinado acordo entre seus acionistas que regula os mútuos entre as partes. Sob a égide deste contrato, a LLX Minas-Rio recebeu até 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$902.316 (R\$808.389 em 31 de dezembro de 2011) de mútuos de seus acionistas, sendo 51% desse total R\$460.181 da LLX (correspondente a R\$412.115 em 31 de dezembro de 2011). O quadro de movimentação apresenta apenas a parcela referente às contas a receber da Companhia, incluindo juros. Os saldos de créditos e débitos decorrentes da operação de mútuo da Companhia com a LLX Minas-Rio estão sujeitos à taxa de juros efetiva de CDI + 5% a.a. até 31 de outubro de 2012 e CDI + 2% a.a. após 1º de novembro de 2012, com vencimento em 31 de dezembro de 2014.
- (c) Em 31 de outubro de 2011, a LLX Açú e a OSX assinaram acordo para a instalação da Unidade de Construção Naval do Açú ("UCN"), no complexo do Superporto do Açú. Nesse acordo as partes celebraram condições de atuação conjunta na construção do canal de acesso, que tanto atenderá à UCN como ao Terminal Portuário TX2 da LLX Açú. Com base nesse acordo, a LLX Açú reembolsará à OSX os valores pagos à Acciona e à Boskalis no valor de R\$8.647 (49% de R\$17.647) referentes à obra do canal de acesso do TX2, que corresponde a 49% de participação da LLX Açú na obra comum.
- (d) A EBX, empresa sob controle do Sr. Eike Fuhrken Batista e parte do "Grupo EBX", mantém contratos de prestação de serviços comuns com compartilhamento dos custos administrativos com a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, e com outras empresas sob controle comum, sendo essas transações enquadradas no conceito de partes relacionadas.

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas de cessão do direito real de superfície				
OSX (a)	-	-	29.090	-
MPX (b)	-	-	3.385	3.442
	-	-	32.475	3.442
Outras receitas – Ressarcimento de gastos				
OSX (a)	-	-	31.154	-
CCX	139	-	139	-
	139	-	31.293	-
Receitas financeiras – Juros s/mútuos				
LLX Minas-Rio (c)	56.155	68.081	56.155	68.081
LLX Açú	1.587	-	-	-
LLX Brasil	8.278	-	-	-
	66.020	68.081	56.155	68.081
	66.159	68.081	119.923	71.523

	Despesas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
EBX Holding	(20.066)	(15.164)	(27.729)	(20.053)
EBX Investimentos Ltda.	-	(1.296)	-	(1.226)
AVX	(475)	-	(1.855)	(66)
MPX	(26)	(320)	(26)	(631)
MMX Porto	-	-	-	270
	(20.567)	(16.780)	(29.610)	(21.706)

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Em 31 de outubro de 2011, a LLX Açú e a OSX assinaram acordo para a instalação da UCN no complexo do Superporto do Açú. Além do rateio dos gastos com obra comum (mencionados anteriormente), esse acordo ampara também a cobrança da cessão do direito real de superfície de retroárea à OSX.
- (b) Refere-se ao contrato de locação de uma área no Superporto do Açú, no qual a MPX e sua controlada UTE são locatárias (mencionado anteriormente).
- (c) Refere-se ao efeito dos juros e encargos referente ao contrato de mútuo entre LLX e LLX Minas-Rio assinado em 2008, conforme mencionado anteriormente.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2012	2011
Diretores:		
Salários	2.168	1.038
Honorários	2.104	2.359
Bônus (*)	2.475	2.378
Opções de ações outorgadas no plano da empresa	1.583	1.835
Opções de ações outorgadas no plano do acionista controlador	7.599	10.404
	15.929	18.014
Comitê de Auditoria:		
Honorários	177	180
Conselho de Administração:		
Honorários	470	420
Opções de ações outorgadas no plano da empresa	20	91
Opções de ações outorgadas no plano do acionista controlador	-	43
Conselho Fiscal:		
Honorários	79	-
	746	734
	16.675	18.748

(*) Efeito no resultado da provisão para pagamento de bônus, benefício que será pago somente se as metas corporativas forem atingidas.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Planos de opção de compra de ações

O valor justo do plano de compra de ações dos empregados é mensurado utilizando-se o modelo *Black-Scholes*.

O valor justo das opções de ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

a) Opções de ações outorgadas pelo acionista controlador

O plano do acionista controlador contempla opções de compra de ações outorgadas aos executivos da Companhia e de outras empresas do Grupo EBX. Este plano representa um mecanismo de remuneração e de retenção, pelo prazo de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, dos administradores e executivos considerados pelo acionista controlador como recursos fundamentais para o sucesso da Companhia, sem que isso implique em diluição dos seus acionistas não controladores.

Este plano não possui um programa pré-aprovado, contrariamente ao plano da Companhia. O controlador do Grupo EBX concede o plano aos beneficiários com base em contratos negociados individualmente.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor justo das ações monta a R\$7.599. Este valor é registrado no resultado do exercício em contrapartida da conta de reserva de capital, no patrimônio líquido, tendo em vista que o mesmo é efetivamente suportado pelo acionista controlador e não implica em emissão de novas ações pela Companhia. Ainda, a Companhia adota como metodologia para o registro do valor justo das opções outorgadas.

As opções de ações outorgadas pelo acionista controlador são destinadas a executivos e administradores da Companhia, que receberam opções de compra de ações da MMX, LLX, MPX, CCX, OGX e da OSX, conforme demonstrado nos quadros a seguir. A condição da outorga de cada lote consiste em que o colaborador permaneça na Companhia até a data da respectiva maturação.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	MMXM3	LLXL3	MPXE3	OGXP3	OSXB3	CCXC3
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2012 (R\$/ação)	4,45	2,40	11,15	4,38	10,65	2,58
Volatilidade esperada	71,90%	55,15%	70,11%	54,97%	42,54%	75,70%
Taxa livre de risco	9,33%	9,33%	9,33%	9,33%	9,33%	9,33%

Ação Objeto	Data da outorga	Preço da Ação na data da outorga (R\$/ação)	Permanência (anos)	Preço de Exercício na Data do Balanço (R\$/ação)	Valor justo médio das opções (R\$/opção)	Quantidade de opções outorgadas desde o começo do Plano	Quantidade de opções exercidas/ expiradas/ canceladas (acumulada até o momento)	Quantidade de opções não exercidas (acumulada até o momento)	Efeito no resultado valor justo apropriado em 2012 (R\$ '000)
LLXL3	22/05/2008	4,90	10	0,88	4,51	1.474.094	1.474.094	-	622
MMXM3	28/08/2009	6,98	10	0,11	8,55	271.227	271.227	-	283
LLXL3	28/08/2009	3,03	10	0,88	3,30	517.329	517.329	-	209
MPXE3	28/08/2009	16,14	10	0,02	5,78	422.874	422.874	-	299
OGXP3	28/08/2009	10,50	10	0,18	10,68	2.797.986	2.797.986	-	3.649
OSXB3	28/08/2009	28,00	10	0,13	27,94	298.300	298.300	-	1.017
OGXP3	28/08/2009	10,50	10	0,18	10,40	574.415	172.323	402.092	633
OSXB3	28/08/2009	28,00	10	0,13	31,93	61.675	18.450	43.225	208
LLXL3	28/08/2009	3,03	10	0,52	2,77	107.496	32.247	75.249	32
MMXM3	28/08/2009	6,98	10	0,11	6,92	55.892	16.767	39.125	40
MPXE3	28/08/2009	16,14	10	0,02	5,37	87.084	26.118	60.966	50
MPXE3	25/06/2008	43,63	5	0,00	16,09	31.740	25.380	6.360	18
LLXL3	08/09/2009	3,43	10	0,94	5,17	1.874.094	1.874.094	-	250
CCXC3	25/05/2012	7,30	8	0,02	7,29	23.224	2.902	20.322	50
CCXC3	25/05/2012	7,30	1	0,00	7,30	2.120	-	2.120	15
CCXC3	25/05/2012	7,30	8	0,02	7,29	112.768	112.768	-	224
Total						8.712.318	8.062.859	649.459	7.599

b) Opções de ações outorgadas pela empresa

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2007, aprovou um Programa de Opção de Compra de Ações de sua emissão. De acordo com este programa, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações, que representem não mais do que 1% do total de ações constituintes do capital da Companhia, em favor de administradores, executivos e colaboradores da Companhia. A cada ano de vigência do programa, poderá ser criado, se julgado oportuno e conveniente pelo Conselho de Administração, um plano que, se implementado, deverá ser estruturado com base nos critérios definidos no regulamento do programa.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 19 de junho de 2008, os acionistas, em decorrência da cisão da MMX, aprovaram a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 1"), em favor dos participantes do programa de outorga da MMX que são membros do Conselho de Administração da Companhia. O preço de exercício de tais opções e o número de ações passíveis de serem adquiridas, bem como as datas em que tais ações poderão ser exercidas, são idênticos àqueles fixados para cada beneficiário nos termos do programa de outorga da MMX.

Em 28 de outubro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a implementação de novo plano de opção de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Plano 2"), a eleição dos beneficiários e a outorga de opções de subscrição de ações ordinárias nominativas. O Plano 2 contempla a outorga de opções de subscrição de 2.614.000 ações ordinárias da Companhia, as quais poderão ser exercidas na proporção de 20% em cada aniversário da outorga.

Em 29 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital decorrente do exercício da primeira parcela das opções outorgadas com base no Plano 2.

Em 31 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital decorrente do exercício da primeira parcela das opções outorgadas com base no Plano 1.

No segundo trimestre de 2010, foram canceladas 160.000 opções do Plano 2.

Em 20 de setembro de 2010, todas as opções dos Planos 1 e 2 maturadas em 21 de julho de 2010 e 23 de julho de 2010, respectivamente, foram exercidas por meio de aumento de capital, o qual foi registrado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2010, sendo que 482.800 opções do Plano 2 foram exercidas conforme registro em Atas de Reunião do Conselho de Administração de 9 e 17 de dezembro de 2010. Além das opções maturadas, foi exercida a compra de mais 240.000 opções sob forma de antecipação de direito. As datas de maturação dos direitos remanescentes ocorrem em 28 de outubro dos anos de 2011, 2012 e 2013.

No dia 29 de janeiro de 2011, foram canceladas 42.800 opções do Plano 1 devido ao falecimento de um dos beneficiários.

Em 9 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a implementação de outro plano ("Plano 3") de opção de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a eleição dos beneficiários e a outorga de opções de subscrição de ações ordinárias nominativas, o qual, no decorrer do exercício, foi desmembrado em quatro sub-planos (3a, 3b, 3c e 3d).

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os Planos 3a, 3b, 3c e 3d contemplam as outorgas de opções de subscrição de 11.140.000 (em 9 de fevereiro de 2011), 500.000 (em 7 de junho de 2011), 1.090.000 (em 18 de julho de 2011), 1.250.000 (em 25 de julho de 2011) e 500.000 (em 1 de agosto de 2011), respectivamente, de ações ordinárias da Companhia, as quais poderão ser exercidas na proporção de 10% por ano nos quatro primeiros anos e de 20% por ano nos três últimos anos, em cada aniversário da outorga.

Em 18 de janeiro de 2012, foram canceladas 85.600 opções do Plano 2. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 8.480 ações e canceladas 1.090.000 opções do Plano 3b.

Em 14 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital de 280.000 ações, decorrente do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas.

Segue abaixo o detalhamento dos planos:

Planos		1	2	3	3a	3b	3c	3d
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012		42.800	-	1.014.000	50.000	-	125.000	50.000
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2012 (R\$/ação)		2,40	2,40	2,40	2,40	2,40	2,40	2,40
Volatilidade esperada		55,11%	55,11%	55,11%	55,11%	55,11%	55,11%	55,11%
Taxa livre de risco		0,00%	0,95%	1,40%	1,77%	N/A	1,85%	1,88%

Plano	Data da outorga	Preço da Ação na data da outorga (R\$/ação)	Permanência (anos)	Preço de Exercício na Data do Balanço (R\$/ação)	Valor justo médio das opções (R\$/opção)	Quantidade de opções outorgadas desde o começo do Plano	Quantidade de opções exercidas/ expiradas/ canceladas (acumulada até o momento)	Quantidade de opções não exercidas (acumulada até o momento)	Efeito no resultado valor justo apropriado em 2012 (R\$ '000)
1	19/06/2008	2,86	5	2,44	0,00	727.600	684.800	42.800	20
2	28/10/2008	0,32	5	1,10	1,92	2.614.000	2.414.000	200.000	23
3	09/02/2011	3,99	7	3,72	0,80	11.140.000	1.000.000	10.140.000	4.999
3a	07/06/2011	4,81	7	3,97	0,80	500.000	-	500.000	336
b	18/07/2011	4,44	7	N/A	N/A	1.090.000	1.090.000	-	525
3c	25/07/2011	4,44	7	4,02	0,82	1.250.000	-	1.250.000	828
3d	01/08/2011	4,20	7	3,90	0,83	500.000	-	500.000	311
Total						17.821.600	5.188.800	12.632.800	7.042

Em 31 de dezembro de 2012, o valor justo das ações calculado pelo método *Black-Scholes* monta a R\$7.042. Este valor é registrado no resultado do exercício em contrapartida da conta de reserva de capital, no patrimônio líquido, na empresa do Grupo LLX na qual cada beneficiário presta serviço.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Outros créditos e obrigações com terceiros

De acordo com os procedimentos de consolidação proporcional da LLX Minas-Rio, os saldos devedores e credores entre as partes relacionadas foram eliminados e as participações indiretas que cabem a Anglo American Participações e Centennial Asset, detentoras em conjunto de 49% da LLX Minas-Rio, foram destacadas no balanço patrimonial na rubrica de créditos e obrigações com terceiros.

a) Créditos com terceiros

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito decorrente do mútuo da Companhia com a LLX Minas-Rio, correspondente aos 49% de participação da Anglo American Participações e Centennial Asset, é de R\$225.489, (R\$212.774 em 31 de dezembro de 2011), acrescido de juros do exercício.

b) Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2012, as obrigações com terceiros registradas no passivo circulante totalizam R\$100.207 (R\$106.340 em 31 de dezembro de 2011), relativas a adiantamentos efetuados diretamente pela AFMR à LLX Minas-Rio, tendo em vista o *Master Agreement*, que tem a realização esperada no próximo exercício.

O montante registrado no passivo não circulante totaliza R\$225.489 (R\$202.101 em 31 de dezembro de 2011) e corresponde principalmente à dívida atualizada da LLX Minas-Rio com a Anglo American Participações, não eliminada para fins de consolidação.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado			2011 Total
	Principal	2012 Juros	Total	
Instituições				
Banco Bradesco S.A. - (i)	345.180	11.640	356.820	413.031
Banco Bradesco S.A. - (ii)	467.686	108.329	576.015	514.303
(-) Custo de transação – (i) e (ii)	(20.640)	-	(20.640)	(8.033)
BNDES (iii)	518.587	8.430	527.017	-
(-) Custo de transação	(15.232)	-	(15.232)	-
Debêntures (iv)	750.000	12.856	762.856	-
(-) Custo de transação	(6.260)	-	(6.260)	-
	2.039.321	141.255	2.180.576	919.301
Circulante	964.100	116.759	1.080.859	413.031
Não circulante	1.075.221	24.496	1.099.717	506.270

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Em 19 de setembro de 2008, a controlada LLX Açúcar captou junto ao Bradesco uma linha de empréstimo-ponte no montante de R\$190.000, com vencimento em 8 de setembro de 2010 e juros anuais de 100% do CDI, acrescidos de 2,95%a.a.. Na data do vencimento, o contrato foi aditado, os juros devidos foram totalmente pagos e foram captados mais R\$155.180 ambos contratos com novo vencimento para 28 de agosto de 2012. Na data do vencimento, ambos foram aditados para 19 de fevereiro de 2014 e os juros devidos foram totalmente pagos. Sobre esta nova linha de empréstimo, incide, anualmente, reajuste de 100% do CDI e juros de 2,95% a.a.. Estes recursos são parte do acordo que a LLX Açúcar firmou com o Banco Bradesco S.A. com a finalidade de atender aos seus compromissos de curto prazo, até que as linhas de financiamento de longo prazo fossem disponibilizadas. Sobre este contrato incidiu custo de transação no valor de R\$13.699 líquido das amortizações. Em 31 de dezembro de 2012 o empréstimo totaliza o principal de R\$345.180 com taxa efetiva da operação, considerando os custos de transação, de CDI + sobre taxa de 6,02%.
- (ii) Em 4 de maio de 2011, a controlada LLX Açúcar assinou contrato de empréstimo com o Bradesco, sendo liberado o montante de R\$467.686, com juros de CDI acrescido de 3,23% a.a.. Este empréstimo tem vencimento do principal e juros em abril de 2013. Sobre este contrato incidiu custo de transação referente ao IOF no montante de R\$6.941 líquido de capitalização. A taxa efetiva da operação, considerando os custos de transação, de CDI + sobre taxa de 6,51%.

Para disponibilizar esses recursos (i) e (ii), foram concedidas ao Bradesco garantias dos acionistas da LLX Açúcar ("LLX") e Centennial Asset Participações Açúcar S.A. ("Centennial Açúcar"), proporcionais a suas participações de 70,46% e 29,54%, respectivamente.

- (iii) Em 26 de junho de 2012, a controlada LLX Açúcar captou junto ao BNDES uma parcela de R\$200.000 de uma linha total aberta de R\$518.587 com vencimento em 16 de setembro de 2013 e juros anuais de TJLP + 2,4% a.a.. Esse empréstimo foi concedido pelo BNDES até que sejam captados os empréstimos de longo prazo.

Em 27 de dezembro de 2012, a controlada LLX Açúcar captou junto ao BNDES a parcela remanescente de R\$318.587 da linha de crédito total aberta de R\$518.587 com vencimento em 15 de setembro de 2013 e juros anuais de TJLP + 2,4% a.a..

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Esse empréstimo foi concedido pelo BNDES até que sejam captados os empréstimos de longo prazo. A taxa efetiva da operação, considerando os custos de transação, de TJLP + sobre taxa de 5,01%.

Estes empréstimos não estão sujeitos a cláusulas de *covenants*.

- (iv) Em 13 de Agosto de 2012 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da LLX Açú o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Espécie com Garantia Real, com intermediação da CEF.

Os recursos captados serão destinados ao desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário TX2, bem como de sua retroárea, mediante o cumprimento de prazos e condições contratuais, sendo limitado a 90% das despesas de capital do empreendimento portuário previstas no quadro de uso e fontes, totalizando R\$2.958 milhões e a diferença de 10% coberta por recursos próprios. O montante total da operação é de R\$750.000, com prazo total de 15 anos e 3 anos de carência. A taxa efetiva da operação, considerando os custos de transação, de IPCA + sobre taxa de 6,59%.

A remuneração das debêntures é composta pelos juros remuneratórios de 6,09% a.a. mais atualização monetária pelo IPCA. As debêntures já se encontram subscritas e integralizadas e seu valor nominal, atualizado e acrescido de juros, será amortizado anualmente em 13 parcelas consecutivas, a partir do 36º mês contado da data de emissão (15 de setembro de 2012). Em 28 de setembro de 2012, após cumpridas certas condições contratuais, foi liberado o montante de R\$289.500 com estrita observância do cronograma físico e financeiro do empreendimento.

Cronograma de amortização da dívida

Os vencimentos do principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo assim se apresentam:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2014	345.180	413.031
2015 em diante	750.000	-
	<u>1.095.180</u>	<u>413.031</u>

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Custo de transação

Os custos de emissão da dívida, no montante de R\$42.132 em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.033 em 31 de dezembro de 2011), referentes a honorários legais externos e a comissão de fiança, foram lançados como redutores do passivo.

Garantias prestadas

Em garantia ao integral e pontual cumprimento das debêntures, foi constituída, em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Planner"): (i) garantia fidejussória, representada por fianças prestadas pela LLX e pelo Sr. Eike Fuhrken Batista; e (ii) garantia real, representada pela cessão fiduciária de todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem detidos, resultantes dos valores depositados ou que venham a ser depositados na conta reserva e na conta de liquidação de titularidade da LLX Açú ("Emissora").

Os intervenientes garantidores desta emissão obrigam-se solidariamente com a LLX Açú, perante os debenturistas, como fiadores e principais pagadores de todas as obrigações contraídas pela LLX Açú, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas, independente de notificação à Planner, quando cumpridas determinadas condições previstas na escritura de emissão das debêntures.

A comissão de fiança é proveniente do empréstimo do BNDES, no montante de R\$1.767 não reembolsáveis, registrados na rubrica de custo de transação.

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

O contrato de debêntures está sujeito às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros:

(i) Dívida Líquida / EBITDA

Dívida Líquida / EBITDA	
2016	< 5,0 x
2017	< 4,0 x
2018	< 3,0 x
A partir de 2019	< 2,0 x

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) EBITDA / Despesa Financeira

EBITDA / Despesa Financeira Líquida	
Entre 2015 e 2017	> 2,0 x
2018	> 3,0 x
A partir de 2019	> 3,5 x

- (iii) A partir de 2016, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior a 1,3 ("ICSD"), conforme fórmula a seguir:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA+Capital de Giro-Impostos)}}{\text{Serviço da Dívida (Amortização+Pagamento de Juros)}} > 1,3.$$

- (iv) A partir de 2016, cumprir um nível máximo de alavancagem (assim entendida a razão entre capital de terceiros e capital próprio) de 3:1 (três para um), ou seja, 75% (setenta e cinco por cento) capital de terceiros e 25% (vinte e cinco por cento) capital próprio.

22. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher são apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ISS	13	17	1.655	1.554
IPTU	-	-	2.957	421
PIS/COFINS	-	-	594	426
ICMS	-	3	229	2.179
IRPJ/CSLL	-	11.626	7.669	12.283
IRRF	567	535	30.865	21.763
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	48	56	738	741
Outros	-	-	11	-
	628	12.237	44.718	39.367
Circulante	628	12.237	15.062	19.241
Não circulante	-	-	29.656	20.126

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Resultado de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Corrente				
Imposto de renda	-	8.487	5.635	8.964
Contribuição social	-	3.139	2.065	3.319
	-	11.626	7.700	12.283
Diferido				
Imposto de renda	(3.155)	(1.005)	(9.310)	(21.487)
Contribuição social	298	(361)	(1.918)	(7.664)
	(2.857)	(1.366)	(11.228)	(29.151)
Total das despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(2.857)	10.260	(3.528)	(16.868)

O quadro acima demonstra que as despesas de imposto de renda e contribuição social ocorreram nas controladas.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.525)	(29.125)	(40.108)	(69.745)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	8.254	68.110
Prejuízo ajustado	(31.525)	(29.125)	(31.854)	(1.635)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal	(10.718)	(9.903)	(10.830)	(556)
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Ajuste RTT Lei nº 11.638/07 - Despesas diferidas	-	-	3.220	(17.146)
Opção compra de ações - ajuste Lei nº 11.638/07	4.882	6.023	4.978	6.023
Equivalência patrimonial	2.740	14.240	-	-
Outros	239	132	1.519	305
Incentivos fiscais	-	(208)	(15)	(5.446)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(2.424)	-
Outros	-	(24)	(47)	(48)
Total do imposto de renda e contribuição social (Lucro Presumido)	-	-	71	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.857)	10.260	(3.528)	(16.868)
Alíquota efetiva	9,06%	(35,23%)	8,80%	24,19%

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são parte em ações judiciais de natureza civil e em processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades.

Baseada na avaliação de seus assessores legais quanto à possibilidade de perda nesses processos, a controlada LLX Minas-Rio registrou provisão para contingência de R\$820 (R\$418 relativos a 51% de participação da LLX) decorrente da ação que move contra a Prefeitura de São João da Barra, contestando a cobrança da Taxa de Parcelamento de Solo para desmembramento de um imóvel de 300 hectares localizado na Fazenda Saco D'antas.

O Ministério Público Federal ("MPF") ajuizou Ação Civil Pública ("ACP") no Município de Campos (RJ) contra a LLX Açú, LLX Minas-Rio, INEA e ANTAQ, pretendendo a paralisação das atividades e a anulação dos atos administrativos emitidos por esses dois entes públicos. As Companhias apresentaram manifestação contra o pedido de liminar e fizeram suas contestações. Em sua defesa, além de vários outros argumentos técnicos e jurídicos, os réus demonstram a legalidade das licenças e autorizações expedidas, presunção de legalidade dos atos administrativos e o cumprimento de todos os requisitos legais e procedimentais junto ao INEA e à ANTAQ, e demonstram a impossibilidade jurídica de alguns dos pedidos do MPF (como, por exemplo, a declaração incidental de inconstitucionalidade). A liminar foi indeferida e o MPF interpôs agravo de instrumento, cujo provimento foi negado monocraticamente pelo Desembargador relator, mantendo integralmente a decisão que indeferiu a liminar. Em 14 de junho de 2010, a 6ª Turma negou seguimento ao recurso de agravo interno interposto pelo MPF. Em seguida, o MPF interpôs Recurso Especial e a Companhia apresentou contra-razões. Os autos foram remetidos à Procuradoria Regional Federal, e recebidos na assessoria de Recursos em 13 de outubro de 2011. Após o julgamento sobre a admissibilidade do Recurso, este será remetido para o Superior Tribunal de Justiça. Na primeira instância, os autos estão conclusos para a prolação de sentença. A análise de risco dos advogados indica um risco possível (com mensuração específica de extrema dificuldade).

O MPF ajuizou ACP em Belo Horizonte contra LLX Açú, LLX Minas-Rio, MMX, AFMR, Estado de Minas Gerais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e INEA pretendendo a paralisação das atividades, e a anulação dos licenciamentos ambientais de todo o empreendimento do sistema Minas-Rio.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para contingências—Continuação

As empresas apresentaram manifestação contra o pedido de liminar demonstrando, além de vários outros argumentos técnicos e jurídicos, a ilegitimidade do MPF para impugnar os licenciamentos dos órgãos estaduais ambientais, a legalidade das licenças e autorizações expedidas (presunção de legalidade dos atos administrativos) e a inexistência de determinação legal para que os três empreendimentos sejam licenciados conjuntamente (com respaldo na decisão da autoridade ambiental de licenciá-los separadamente). Em 17 de dezembro de 2009, o Juiz proferiu decisão indeferindo a liminar pleiteada pelo MPF, alegando, entre outros motivos, que a eventual invalidação de licença ambiental só deve ser tomada em decisão definitiva; não em liminar. Contra tal decisão o MPF interpôs Agravo de Instrumento, convertido em Agravo Retido no dia 28 de abril de 2011. No processo principal as provas documentais foram juntadas e, uma vez apresentadas as manifestações das partes, os autos foram remetidos à conclusão para decisão. As Companhias confiam que, no mérito, tanto o agravo de instrumento como a ACP serão julgados integralmente improcedentes.

Anglo American Participações e LLX Minas-Rio impetraram mandado de segurança requerendo o reconhecimento do direito à escrituração de receitas financeiras decorrentes de contratos de *hedge* e auferidas em 2007 (fase pré-operacional) - segundo o regime de competência, em conta de ativo diferido, tendo sido o pleito julgado improcedente em 1ª e 2ª instâncias. Contra a decisão de 2ª instância foram interpostos Embargos de Declaração, cujo provimento foi negado. Em 09 de fevereiro de 2012 foi interposto o Recurso Especial e Extraordinário.

No momento, aguarda-se o julgamento dos recursos nos tribunais superiores. Em função da probabilidade de perda neste processo, a totalidade do imposto apurado nos autos do mandado de segurança foi depositada em juízo e provisionada em 31 de janeiro de 2008, no montante de R\$16.403, sendo R\$12.060 referentes ao IRPJ e R\$4.343 referentes à CSLL. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.548 (51% de R\$24.603).

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2011, as ações classificadas como ações em tesouraria foram canceladas, passando a quantidade de ações de 693.417 mil para 693.290 mil.

Em 12 de dezembro de 2011, a Administração aprovou um aumento de capital, no montante de R\$336, sendo R\$261 integralizado no ato e R\$83 a integralizar, mediante emissão de 322.800 ações ordinárias, em decorrência de exercício de opções de ações.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 14 de dezembro de 2012, a Administração aprovou aumento de capital no montante de R\$305, mediante a emissão de 280.000 ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia está representado por 694.021.377 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Acionistas	Qtde. (mil)	%
Eike Fuhrken Batista	206.086	29,70
Centennial Asset Mining Fund LLC (*)	165.175	23,80
Ontario Teachers Pension Plan	124.119	17,88
Outros	198.641	28,62
	694.021	100,00

(*) Controlado por Sr. Eike Fuhrken Batista.

b) Reserva de Capital

Em 17 de janeiro de 2008, a OTPP efetuou um aporte de capital na LLX através da emissão de 903.530 novas ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$0,01, pelo preço global de emissão de R\$327.764 (equivalente na data a US\$185,000 mil), dos quais R\$9 foram destinados ao capital social e R\$327.755 foram destinados à constituição de reserva de ágio na emissão de ações. Em 19 de junho de 2008, todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, na proporção de uma nova ação ordinária para cada ação preferencial detida.

Em 28 de maio de 2009, houve aporte de capital considerando R\$6, com destinação para reserva de ágio.

c) Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Prejuízo por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído.

	Consolidado	
	2012	2011
Básico		
Numerador básico:		
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(28.668)	(39.385)
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	693.907	693.339
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	(0,04131)	(0,05680)

A quantidade de 12.633 mil opções de ações não foi incluída no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, não há diferenças entre o prejuízo por ação básico e o diluído.

26. Receita líquida

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Consolidado	
	2012	2011
Receita bruta	76.367	17.244
Impostos sobre receitas - (PIS/COFINS)	(7.640)	(1.595)
Receita líquida	68.727	15.649

A receita bruta está composta exclusivamente por contratos de cessão do direito real de superfície de terrenos a empresas que estão integrando as instalações do Superporto do Açu, constatando-se entre as partes relacionadas a MPX e a OSX, além das empresas não relacionadas: NOV Flexibles Equipamentos e Serviços Ltda. ("NKTF"), Flexibras Tubos Flexíveis Ltda. ("Flexibras"), Intermoor do Brasil Serviços Offshores de Instalação Ltda. ("Intermoor") e GE Oil & Gas do Brasil Ltda. ("GE").

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Despesas administrativas

A Companhia apresenta as despesas por empresa e por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LLX	(102.131)	(84.129)	(102.131)	(84.129)
LLX Açú	-	-	(52.168)	(44.094)
LLX Minas-Rio	-	-	(10.319)	(21.205)
LLX Brasil	-	-	(516)	(381)
GSA	-	-	(263)	(15)
Reserva Ambiental Caruara	-	-	(14)	(9)
SDX	-	-	(14)	(5)
G3X	-	-	(47)	-
Pedreira	-	-	(89)	-
	(102.131)	(84.129)	(165.561)	(149.838)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e encargos	(41.507)	(29.579)	(45.829)	(39.824)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	(14.360)	(17.716)	(14.360)	(17.716)
Serviços de terceiros	(13.810)	(9.035)	(35.507)	(21.313)
Material de consumo	(60)	(162)	(367)	(681)
Viagens e estadias	(1.454)	(1.148)	(2.357)	(2.396)
Aluguéis e arrendamentos	(3.550)	(3.834)	(5.543)	(8.131)
Impostos e taxas	(514)	(64)	(9.680)	(7.792)
Depreciação e amortização	(811)	(544)	(6.075)	(11.321)
Editais e publicações	(852)	(789)	(1.571)	(2.756)
Seguros diversos	(301)	(169)	(1.179)	(1.346)
Recursos compartilhados	(22.444)	(18.939)	(29.950)	(25.725)
Representações e eventos	(24)	(137)	(3.368)	(2.115)
Despesas diversas	(2.444)	(2.013)	(9.775)	(8.722)
	(102.131)	(84.129)	(165.561)	(149.838)

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(104)	(236)	(252)	(247)
IOF	(80)	(99)	(1.765)	(539)
Corretagem e comissões	(214)	(1)	(601)	(215)
Juros sobre mútuos	-	(34)	(11.144)	(34)
Juros	(304)	(100)	(66.349)	(78.312)
Outros	-	(7)	(119)	(17)
	(702)	(477)	(80.230)	(79.364)
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	66.020	79.121	69.179	79.121
Juros sobre aplicações financeiras	11.813	17.011	35.073	46.294
Juros ativos	318	23	4.783	7.435
Outros	-	-	112	409
	78.151	96.155	109.147	133.259
Resultado financeiro líquido	77.449	95.678	28.917	53.895

29. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A LLX possui segmentos relatáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas da LLX. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes estratégias. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, o Grupo LLX analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo LLX:

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

► Segmento Administração de retroárea

Área do Parque Industrial do Superporto do Açu, onde deverão ser instalados diversos empreendimentos industriais, tais como usinas termelétricas da MPX, siderúrgicas, cimenteiras, UCN da OSX, indústrias automobilísticas, unidades pelotizadoras para minério de ferro, além de uma unidade de tratamento de petróleo ("UTP"). O Superporto do Açu possui 13.000 hectares, com 441 hectares de áreas locadas, até o momento, que estão sendo arrendadas a empresas industriais do setor, principalmente do setor petroleiro. Inclui ainda, no segmento de Administração de retroárea, o canal de acesso do TX2, *onshore* e *offshore*, em cujas margens estão localizados o estaleiro e as empresas que arrendarem as retroáreas as margens do canal.

► Segmento Portuário

É formado por dois terminais portuários, denominados TX1 e TX2.

O terminal TX1 movimentará minério de ferro e há expectativa de movimentar petróleo. Sua ponte totaliza três quilômetros de extensão, permitindo a atracação de navios de grande capacidade como Capesize, VLCCs e Chinamax. A profundidade deste terminal poderá atingir 25 metros.

Pelo terminal TX2, composto por pátio logístico de 212 hectares, deverão ser movimentados produtos metalúrgicos, ferro-gusa, escória, rochas ornamentais (em especial, granito), petróleo e carvão mineral. Este terminal contará com uma extensão aproximada de três quilômetros de cais.

Informações referentes aos resultados de cada segmento relatável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela diretoria da LLX. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação seja mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos comparativamente a outras entidades que operam nestas atividades.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado por segmento em 31 de dezembro de 2012

	Administração de retroárea	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel	69.168	394	-	(835)	68.727
Resultado bruto	69.168	394	-	(835)	68.727
Receitas (despesas) operacionais	(51.326)	14.381	(108.974)	8.167	(137.752)
Administrativas e gerais	(52.169)	(11.262)	(102.130)	-	(165.561)
Outras receitas	1.814	27.769	2.015	-	31.598
Outras despesas	(1.224)	(1.765)	(800)	-	(3.789)
Resultado de equivalência patrimonial	253	(361)	(8.059)	8.167	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	17.842	14.775	(108.974)	7.332	(69.025)
Resultado financeiro	(40.420)	(8.112)	77.449	-	28.917
Receitas financeiras	27.836	3.160	78.151	-	109.147
Despesas financeiras	(68.256)	(11.272)	(702)	-	(80.230)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(22.578)	6.663	(31.525)	7.332	40.108
IR e CSLL corrente	(7.426)	(274)	-	-	(7.700)
IR e CSLL diferido	13.852	(5.481)	2.857	-	11.228
Prejuízo do exercício	(16.152)	908	(28.668)	7.332	(36.580)

Demonstração do resultado por segmento em 31 de dezembro de 2011

	Administração de retroárea	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel	15.649	-	-	-	15.649
Resultado bruto	15.649	-	-	-	15.649
Receitas (despesas) operacionais	(38.677)	(16.358)	(124.803)	40.549	(139.289)
Administrativas e gerais	(44.094)	(21.615)	(84.129)	-	(149.838)
Outras receitas	9.510	13.357	1.384	-	24.251
Outras despesas	(5.425)	(8.100)	(177)	-	(13.702)
Resultado de equivalência patrimonial	1.332	-	(41.881)	40.549	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(23.028)	(16.358)	(124.803)	40.549	(123.640)
Resultado financeiro	(43.751)	1.968	95.678	-	53.895
Receitas financeiras	33.752	3.352	96.155	-	133.259
Despesas financeiras	(77.503)	(1.384)	(477)	-	(79.364)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(66.779)	(14.390)	(29.125)	40.549	(69.745)
IR e CSLL corrente	-	(657)	(11.626)	-	(12.283)
IR e CSLL diferido	22.161	5.624	1.366	-	29.151
Prejuízo do exercício	(44.618)	(9.423)	(39.385)	40.549	(52.877)

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2012

	Administração de retroárea	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	941.745	151.257	29.336	-	1.122.338
Ativo realizável a longo prazo	147.038	42.660	496.727	(218.058)	468.367
Investimentos	84.329	38.868	395.575	(518.772)	-
Propriedades para investimentos	248.632	25.433	-	-	274.065
Imobilizado	1.036.116	698.048	8.520	(835)	1.741.849
Intangível	58.675	21.486	491	(28.533)	52.119
Diferido	60.697	3.341	-	(64.038)	-
Total do ativo	2.577.232	981.093	930.649	(830.236)	3.658.738
Passivo					
Passivo circulante	1.202.587	351.095	25.247	(238.754)	1.340.175
Passivo não circulante	1.100.403	301.721	735	(31.462)	1.371.397
Patrimônio líquido	274.242	328.277	904.667	(560.020)	947.166
Total passivo e patrimônio líquido	2.577.232	981.093	930.649	(830.236)	3.658.738

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2011

	Administração de retroárea	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	187.300	134.858	267.376	-	589.534
Ativo realizável a longo prazo	102.129	54.697	436.202	(192.205)	400.823
Investimentos	38.363	-	240.490	(278.853)	-
Propriedades para investimentos	95.176	-	-	-	95.176
Imobilizado	531.159	624.540	7.914	-	1.163.613
Intangível	58.552	1.303	402	(28.534)	31.723
Diferido	60.697	3.341	-	(64.038)	-
Total do ativo	1.073.376	818.739	952.384	(563.630)	2.280.869
Passivo					
Passivo circulante	475.265	368.097	33.270	(244.949)	631.683
Passivo não circulante	507.972	235.006	-	586	743.564
Patrimônio líquido	90.139	215.636	919.114	(319.267)	905.622
Total passivo e patrimônio líquido	1.073.376	818.739	952.384	(563.630)	2.280.869

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$1.842.032 (R\$1.387.672 em 31 de dezembro de 2011), que deverão ser cumpridos de acordo com as datas de vencimento dos contratos, como segue:

Natureza dos contratos	Consolidado			
	Data da assinatura	Data do vencimento	2012	2011
LLX Açú				
Serviços de elaboração de projeto conceitual e projeto básico e de construção da infraestrutura para a construção do Superporto do Açú:				
Acciona Infraestructuras S.A.(a)	03/05/2011	25/03/2014	676.967	728.392
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia (b)	06/09/2012	05/05/2014	428.032	-
Boskalis Bras. Dragagem Marít. (c)	29/07/2011	28/10/2013	294.662	373.095
Superintendência do Patrimônio da União ("SPU") (d)	06/10/2010	06/10/2030	116.972	124.663
Alstom Grid Energia Ltda. (e)	17/04/2012	09/10/2013	66.478	-
ARG Ltda.	16/08/2012	16/12/2012	32.266	-
Mecanorte Construções e Empreendimentos	01/04/2012	31/03/2013	20.792	-
Outros			165.280	149.420
			1.801.449	1.375.570
LLX				
Serviços administrativos diversos			23.097	12.102
Pedreira Sapucaia				
ARG Ltda.	31/08/2012	28/02/2013	16.025	-
Outros			1.461	-
Serviços diversos			17.486	-
Total				
			1.842.032	1.387.672

- (a) Acciona Infraestructuras S.A. - Serviços para a construção do quebra-mar com tecnologia em caixões de concreto armado fabricados no dique flutuante Kugira. Este quebra-mar destina-se ao canal de acesso para o terminal TX2, que será utilizado tanto para a movimentação de cargas diversas quanto para a UCN da OSX Brasil e por empresas de apoio *offshore*.
- (b) Carioca Christiani-Nielsen Engenharia - Elaboração dos projetos executivos, execução das obras das estruturas de atracação do Cais de Apoio Offshore, com extensão de 1000 m e do Terminal de Múltiplo Uso, com extensão de 1500 m, no Terminal Sul - TX2 do Superporto do Açú.
- (c) Boskalis do Brasil Dragagem - Serviços de construção civil *onshore* e *offshore*, abrangendo projeto executivo, limpeza do terreno, escavações, dragagens, aterros hidráulicos e proteção de talude. Esses serviços visam à implantação do canal de acesso, bacia de evolução e canal de atracação que servirá para as operações da UCN da OSX Brasil. e Terminal Sul -TX2 do Superporto do Açú.
- (d) SPU - Contrato de concessão onerosa de arrendamento de espaço físico em águas públicas.
- (e) Alstom Grid Energia Ltda. - Desenvolvimento de projetos da subestação Açú, incluindo serviços de terraplanagem, civil, arquitetura, mecânico, elétrico, e automação.

Os contratos com Acciona Infraestructuras S.A. (a) e Boskalis do Brasil Dragagem Marítimo. (c) fazem parte do acordo entre a LLX Açú e a OSX, para construção do canal *onshore* de acesso à UCN e áreas operacionais da LLX Açú, que será construído em conjunto, sendo a participação de cada uma nesse empreendimento equivalente a 49% e 51% respectivamente. Estes contratos deverão ser cedidos parcialmente entre as Partes nesta mesma proporção.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em relação à LLX Minas-Rio, conforme descrito no *Asset Allocation*, os montantes que constam dos contratos assinados entre os fornecedores e aquela empresa para construção do terminal portuário TX1 estão sendo reembolsados integralmente pela AFMR desde o momento em que ultrapassaram a participação da Companhia no total dos ativos em condomínio da LLX Minas-Rio, limitado a R\$973.859. Por esse motivo, os compromissos assumidos passaram para a responsabilidade da AFMR.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, inclusos nos balanços patrimoniais:

	Controladora							
	2012				2011			
	Valor contábil	Valor justo	Mensuração	Nível hierárquico	Valor contábil	Valor justo	Mensuração	Nível hierárquico
Ativos								
Caixa e bancos	280	280	Custo amortizado		969	969	Custo amortizado	
Aplicações financeiras (a)	19.242	19.242	Valor justo	1	243.211	243.211	Valor justo	1
Partes relacionadas	460.353	460.353	Custo amortizado		412.762	412.762	Custo amortizado	
	479.875	479.875			656.942	656.942		
Passivos								
Fornecedores	4.000	4.000	Custo amortizado		1.851	1.851	Custo amortizado	
Partes relacionadas	5.719	5.719	Custo amortizado		5.256	5.256	Custo amortizado	
	9.719	9.719			7.107	7.107		

(Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

(Nível 3) *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O passivo possui vencimento em até 90 dias, foi pactuado com taxas usualmente de mercado, desta forma a Companhia avalia que o valor justo dos passivos são próximos do seu valor de custo amortizado, por isso são iguais.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							
	2012				2011			
	Valor contábil	Valor justo	Mensuração	Nível hierárquico	Valor contábil	Valor justo	Mensuração	Nível hierárquico
Ativos								
Caixas e bancos	2.281	2.281	Custo amortizado		21.477	21.477	Custo amortizado	
Aplicações financeiras (a)	480.654	480.654	Valor justo	1	386.108	386.108	Valor justo	1
Clientes	663	663	Custo amortizado		-	-	Custo amortizado	
Depósitos bancários vinculados	480.695	480.695	Custo amortizado		24.866	24.866	Custo amortizado	
Depósitos restituíveis	36.512	36.512	Custo amortizado		13.162	13.162	Custo amortizado	
Partes relacionadas	3.870	3.870	Custo amortizado		17.401	17.401	Custo amortizado	
Créditos com terceiros	39.201	39.201	Custo amortizado		32.178	32.178	Custo amortizado	
Outros créditos com terceiros	225.489	225.489	Custo amortizado		212.774	212.774	Custo amortizado	
Outras contas a receber	18.995	18.995	Custo amortizado		2.353	2.353	Custo amortizado	
	1.288.360	1.288.360			710.319	710.319		
Passivos								
Fornecedores	91.969	91.969	Custo amortizado		63.792	63.792	Custo amortizado	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	2.180.576	3.398.781	Custo amortizado		929.313	919.301	Custo amortizado	
Outras obrigações com terceiros	325.696	325.696	Custo amortizado		308.276	308.276	Custo amortizado	
Partes relacionadas	25.114	25.114	Custo amortizado		4.164	4.164	Custo amortizado	
Outras contas a pagar	688	688	Custo amortizado		-	-	Custo amortizado	
	2.624.043	3.842.248			1.305.545	1.295.533		

- (a) Valor justo das aplicações financeiras.
As aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo valor justo por meio do resultado.
- (b) Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures.
Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos acima demonstrados para referência foram calculados.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, para referência, são de R\$3.398.781 e R\$919.301 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros entre as quatro categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 38.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção (*hedge*) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos), e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até 1 ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não contrataram instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

(i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas da LLX, de forma a minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos que possam ocasionar esse tipo de exposição.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--Continuação

(ii) Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

A controlada LLX Açúcar repactuou, em 2012, duas linhas de R\$190 milhões e R\$155 milhões aproximadamente junto ao Bradesco, em nova linha de empréstimo-ponte, que será pago de 2014. Adicionalmente, em maio de 2011, a LLX Açúcar assinou contrato de empréstimo com o Bradesco no montante de R\$468 milhões com vencimento em abril de 2013.

Todo o passivo contratado da Companhia está indexado a taxas flutuantes – Depósitos Interbancários (DI), de modo que eventuais descolamentos acentuados nas taxas de mercado não representam riscos consideráveis às suas operações. Adicionalmente, a indexação relacionada ao passivo é compatível com a aplicação de seu caixa, reduzindo de modo significativo o valor associado a esse fator de risco.

Em 26 de junho de 2012, a LLX Açúcar captou junto ao BNDES uma parcela de R\$200 milhões de uma linha total aberta de R\$518 milhões com vencimento em 15 de setembro de 2013 e juros anuais de TJLP + 2,4% a.a. Esse empréstimo foi concedido pelo BNDES até que seja captado o empréstimo de longo prazo. Em 27 de dezembro de 2012 foi sacado o restante do empréstimo disponibilizado, no valor de R\$318 milhões.

Em setembro de 2012, foram captados pela LLX Açúcar, via emissão de debêntures de R\$750 milhões de reais, através da CEF. A dívida será corrigida pela inflação (IPCA), mais uma taxa fixa de 6,09% a.a..

No contexto apresentado acima, a Administração não considera relevante o risco de juros associado ao passivo do Grupo LLX e, portanto opta por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A LLX Açú tem seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI) e a taxa de juros do longo prazo do BNDES (TJLP). A empresa possui ainda um passivo corrigido pela taxa de inflação do índice IPCA. A dívida corrigida no mercado de juros (DI/TJLP) é de curtíssimo prazo, portanto, a imprevisibilidade agregada pelo passivo flutuante advém substancialmente do mercado inflacionário, como mostra a simulação dos valores futuros nos respectivos vencimentos calculados a partir da curva projetada de juros de mercado e de curvas adicionais deslocadas paralelamente para cima em 25% e 50%.

			Análise de Sensibilidade		
Vencimento	Valor Justo (MTM)	Valor Futuro Mercado	(Cenário I) Valor Futuro I	(Cenário II) Valor Futuro II	
Empréstimos e financiamentos					
LLX Açú Operações Portuárias					
Depósitos Interbancários (DI)	04/2013 - 02/2014	949.852	992.500	1.002.602	1.013.098
Taxa de Juros LP (TJLP / BNDES)	09/2013	524.568	550.093	553.385	556.541
Índice de Inflação (IPCA)	09/2027	1.021.512	1.856.186	2.100.798	2.280.165
Resultado		2.495.932	3.398.779	3.656.785	3.849.804

Cenário I: deslocamento paralelo de 25% na estrutura a termo de juros (instrução normativa)

Cenário II: deslocamento paralelo de 50% na estrutura a termo de juros (instrução normativa)

O valor futuro projetado da dívida ao final do quarto trimestre de 2012 foi de R\$3,39 bilhões. O estudo mostra que a empresa pagaria cerca de R\$258 milhões (7,59%) caso o choque nas curvas fosse de 25% e aproximadamente R\$451 milhões (13,27%) a mais se o choque fosse de 50%.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência utilizada é o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo de todos os ativos financeiros abaixo:

	Consolidado	
	2012	2011
Posições representativas do risco de crédito		
Caixas e bancos	2.281	21.477
Aplicações financeiras	480.654	386.108
Clientes	663	-
Depósitos vinculados	480.695	24.866
Depósitos restituíveis	36.512	13.162
Créditos com terceiros	39.201	32.178
Partes relacionadas	3.870	17.401
Outros créditos com terceiros	225.489	212.774
Outras contas a receber	18.995	2.353
	1.288.360	710.319

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui o montante de R\$490.508 referentes aos seus ativos financeiros, concentrados junto ao Banco Bradesco S.A. e R\$468.523 concentrado junto a CEF, que equivalem respectivamente a 46% e 44% do total destes ativos.

(iv) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

O passivo financeiro relacionado a obrigações com terceiros refere-se à dívida da LLX junto à Anglo American Participações, que deverá ser liquidada quando for liberado o financiamento junto ao BNDES.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As disponibilidades são suficientes para honrar os compromissos ao longo dos próximos 90 dias. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, sendo o montante de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações, conforme quadro abaixo:

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Ativos financeiros							
Caixa e bancos	2.281	-	-	-	-	-	2.281
Aplicações financeiras	480.654	-	-	-	-	-	480.654
Clientes	-	663	-	-	-	-	663
Depósitos bancários vinculados	480.695	-	-	-	-	-	480.695
Depósitos restituíveis	36.512	-	-	-	-	-	36.512
Partes relacionadas	-	3.870	-	-	-	-	3.870
Créditos com terceiros	-	-	-	39.201	-	-	39.201
Outros créditos com terceiros	-	-	-	-	-	225.489	225.489
Outras contas a receber	-	-	18.995	-	-	-	18.995
	1.000.142	4.533	18.995	39.201	-	225.489	1.288.360
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	91.969	-	-	-	-	91.969
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	-	610.500	532.980	399.114	656.148	1.200.039	3.398.781
Outras obrigações com terceiros	-	-	-	-	-	325.696	325.696
Partes relacionadas	-	25.115	-	-	-	-	25.115
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	688	688
Total por faixa de prazo	-	727.584	532.980	399.114	656.148	1.526.423	3.842.249

(*) Os números apresentados em empréstimos, financiamentos e debêntures foram segregados por seus vencimentos e apresentados com base no seu valor justo.

Quadro de classificação de risco "Índice Riskbank"

Banco	Classificação de risco	Bank
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,32
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,35
Votorantim	Em monitoramento	8,84
Santander	Baixo risco para longo prazo	10,49
Banco do Brasil	Risco Federal	10,53
CEF	Risco Federal	10,05
HSBC (Brasil)	Baixo risco para longo prazo	10,49

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2012	2011
Riscos operacionais		
Danos materiais	9.014.088	7.111.080
Responsabilidade civil	417.887	383.695

33. Eventos subsequentes

LLX comunica rescisão do contrato com a Subsea 7 do Brasil Serviços Ltda. ("Subsea 7")

Em atendimento ao disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, conforme alteradas, a LLX (Bovespa: LLXL3), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi resilido, sem perspectivas imediatas de renovação, o contrato com a Subsea 7 para arrendamento de área no TX2 do Superporto do Açu visando à instalação de uma unidade para fabricação e revestimento de dutos rígidos submarinos de grande extensão utilizados na indústria *offshore* de petróleo e gás. Tal contrato foi objeto de fato relevante divulgado ao mercado em 28 de maio de 2012.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Licença de Instalação para a Intermoor

Em 14 de fevereiro de 2013, o INEA concedeu licença de instalação para Intermoor, empresa integrante do Grupo Acteon, para a instalação de uma unidade que oferecerá apoio logístico e serviços especializados à indústria de óleo e gás.

A unidade de produção estará localizada na margem direita do canal e ocupará uma área total de 52.302 m². A Intermoor fornecerá um conjunto seletivo de serviços para atender às necessidades específicas de seus clientes, tais como Petrobras, Shell e OGX, assim como demais líderes do setor de petróleo que operam no Brasil.

LLX Açú e ASCO assinam contrato para prestação de serviços para a indústria de Óleo e Gás

A LLX Açú assinou com a ASCO Brasil Participações Ltda., empresa da ASCO Group, um contrato visando prover base logística de apoio *offshore* às empresas de exploração e produção de petróleo e seus fornecedores. Com esta associação, o Superporto do Açú passará a ofertar soluções logísticas completas e integradas de padrão internacional, com tecnologias avançadas, atendendo aos mais exigentes requisitos de eficiência, segurança e proteção ambiental da indústria de Óleo & Gás.

ASCO Group é uma empresa líder internacional na prestação de serviços para o setor de Óleo & Gás. A empresa opera globalmente a partir de bases na Austrália, Canadá, Mar Cáspio, Oriente Médio, Noruega, Singapura, Trinidad & Tobago, Reino Unido além dos EUA. A ASCO emprega mais de 2.000 pessoas e tem mais operações ao redor do mundo do que qualquer outra empresa especialista em seu segmento de serviços para a indústria de Óleo & Gás. No ano passado, as vendas da empresa foram superiores a USD1 bilhão. A ASCO está atualmente trabalhando com o governo dos Territórios do Norte em Darwin, Austrália, na construção de uma base de USD 110 milhões para apoio a E&P. A base será operada pela ASCO e entrará em operação em Outubro de 2013.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Grupo EBX e BP assinam contrato para a formação de uma Companhia para distribuição de combustíveis marítimos

A LLX Açú, empresa privada brasileira responsável pela construção do Superporto do Açú, o maior investimento em infraestrutura portuária na América Latina, que será o hub brasileiro para a indústria de Óleo & Gás e se posicionará entre os maiores portos do mundo divulgou ao mercado em 06 de março de 2013 a assinatura de um contrato entre a EBX Holding e a BP Products North America Inc. ("BP"), empresa do BP PLC Group, para a constituição da empresa MFX (Marine Fuels X), com o objetivo de importar, exportar, vender e distribuir combustíveis marítimos, sob a marca da BP Marine.

A BP Marine é um dos maiores fornecedores mundiais de combustíveis, lubrificantes e serviços técnicos para a indústria marítima. A BP Marine tem uma presença global oferecendo serviços para empresas que operam com grandes navios para contêineres, tanques e graneis. Comprometida com os mais altos padrões de qualidade internacional e melhores práticas ambientais e de segurança, a BP Marine fornece diversos tipos de combustíveis nos mais importantes centros de distribuição marítimos no mundo.

A MFX terá o seu controle compartilhado entre BP e EBX Holding, onde cada uma terá uma participação de 50%. Após a assinatura dos documentos finais, a nova empresa começará suas atividades em 2013, com a importação de combustíveis marítimos e venda para clientes no mercado local.

A BP e a EBX Holding elegeram o Superporto do Açú como a localização mais favorável para a construção de seu Terminal, que será localizado no TX2, que terá toda a infraestrutura necessária para a distribuição de combustíveis marítimos. Este centro de abastecimento deverá atender às demandas de navios dos mais variados portes e atividades, como PSVs (*Platform Supply Vessels*), navios de cabotagem e de longo curso, por combustíveis como diesel marítimo (MGO - *Marine Gas Oil*) e *bunker* (IFO - *Intermediate Fuel Oil*).

Com o desenvolvimento das atividades de abastecimento, a LLX Açú alugará uma área de aproximadamente 350 mil m² localizados na entrada do canal do TX2 e pretende alugar ainda mais 600 mil m² no TX1, localizados em área destinada para a instalação de uma Unidade de Tratamento de Petróleo.

Notas Explicativas

LLX Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com o desenvolvimento deste empreendimento compartilhado, o Superporto do Açu deverá se tornar um dos principais centros de distribuição de combustíveis marítimos do Atlântico Sul. O início das atividades operacionais da nova empresa ocorrerá após a obtenção das licenças e autorizações necessárias.

LLX Açu e WÄRTSILÄ assinam contrato para instalação de unidade industrial no Canal do Superporto do Açu

Em 14 de março de 2013, a LLX Açu assinou um contrato com WÄRTSILÄ BRASIL Ltda. ("WÄRTSILÄ") para aluguel de 29.300 m² de área no canal do TX2. O contrato terá a duração de 30 anos, renováveis por mais 30 anos. A WÄRTSILÄ instalará uma planta de montagem e produção de Grupos Geradores e Propulsores Azimutal, além de oferecer soluções e serviços para necessidades de seus clientes nas áreas de energia e propulsão marítima.

A WÄRTSILÄ é uma empresa finlandesa, líder global no fornecimento de motores e prestação de serviços para navios e usinas termelétricas. Além disso, oferece equipamentos e soluções de energia para diversos tipos de embarcações e aplicações offshore.

A decisão da WÄRTSILÄ de instalar sua primeira unidade industrial brasileira no Superporto do Açu após décadas de atuação no Brasil, demonstra a atratividade do Açu para grandes grupos líderes globais em seus segmentos. Esta escolha pelo Açu traduz a geração de valor criada entre suas vantagens competitivas e as sinergias de empresas do mesmo cluster para o desenvolvimento dos seus negócios no Brasil.

Notas Explicativas**LLX Logística S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração	Composição da Diretoria
Eike Fuhrken Batista Presidente	Marcus Vinicius Botrel Berto Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Eliezer Batista da Silva Presidente Honorário	Eugenio Leite de Figueiredo Diretor Econômico - Financeiro
Aziz Ben Ammar Conselheiro	Luiz Alfredo Osório de Castro Diretor
Carlos Alberto de Paiva Nascimento Conselheiro Independente	Luiz Eduardo Simonetti Baroni Diretor
Ellen Gracie Northfleet Conselheira Independente	
Flavio Godinho Conselheiro	
Luiz do Amaral de França Pereira Conselheiro Independente	
Paulo Monteiro Barbosa Filho Conselheiro	
Roberto D'Araujo Senna Conselheiro Independente	
Samir Zraick Conselheiro Independente	
Composição do Conselho Fiscal	
Carlos Thomaz Guimarães Lopes Membro Titular	
Pedro Gerpe Arman Membro Titular	
Ricardo Ordine Gentil Negrão Membro Titular	
	Valeska Ferreira Barros Gerente de Controladoria Contadora CRC-RJ-089637-O-5

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: LLX LOGÍSTICA S.A.

					Posição em 31/12/2012 (Em Unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Qde	%	Qde	%	Qde	%
Eike Batista	206.086.230	29,69%			206.086.230	29,69%
Ontario Teachers Pension Plan (*)	124.119.306	17,88%			124.119.306	17,88%
Centennial Asset Mining Fund (*)	165.175.024	23,80%			165.175.024	23,80%
Norges Bank						0,00%
Outros	198.640.817	28,62%			198.640.817	28,62%
Total	694.021.377	100,0%			694.021.377	100,0%

(*) Investidor estrangeiro

2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Posição em 31/12/2012

	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Acionista						
Controlador	371.261.254	53,49%			371.261.254	53,49%
Administradores						
Conselho de Administração(**)	7.921.159	1,14%			7.921.159	1,14%
Diretoria	419.683	0,06%			419.683	0,06%
Conselho Fiscal	0	0,00%			0	0,00%
Ações em Tesouraria	0	0,00%			0	0,00%
Outros Acionistas	314.419.281	45,30%			314.419.281	45,30%
Total	694.021.377	100,0%			694.021.377	100,0%
Ações em Circulação	314.419.281	45,30%			314.419.281	45,30%

* Os membros do Conselho Fiscal, desde sua constituição e até a presente data, nunca detiveram valores mobiliários da Companhia.

(**) exclui posição do controlador no Conselho de Administração.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
LLX Logística S.A.
Rio de Janeiro, RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LLX Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LLX Logística S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da LLX Logística S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

A Companhia, suas controladas e controlada em conjunto encontram-se em fase pré-operacional, e a implementação dos planos de negócios para início das operações dependerá do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto gerem caixa suficiente para a manutenção de suas atividades. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações futuras da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto, e a falta dos recursos necessários para implementação dos planos de negócios levantaria dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na Nota 1.

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da LLX Logística S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras, e como informação suplementar pelo IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, datado de 19 de março de 2012, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Wilson J. O. Moraes
Contador CRC - 1RJ 107.211/O-1

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 15 de março de 2013, relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.